



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DOSSIÊ #1 | ANO 16 | OUTUBRO 2017

A GEOPOLÍTICA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA

Ernani Teixeira Torres Filho
Mirko Pose

AGRONEGÓCIO E INDÚSTRIA: POR QUE TRAJETÓRIAS TÃO DIFERENTES?

José Roberto Mendonça de Barros

BRAZIL AND LATIN AMERICA

Leslie Bethell

#1

DOSSIÊ

CEBRI DOSSIÊ

O CEBRI Dossiê é uma compilação de artigos produzidos por membros do Conselho Curador, *senior fellows* e convidados do CEBRI. A publicação contribui com a missão da instituição de incentivar o debate sobre relações internacionais e, assim, servir à formação de opinião e à formulação de políticas públicas.

Editora executiva

Julia Dias Leite

Coordenação editorial

Renata H. Dalaqua

Suzana Green Haddad

Apoio editorial

Barbara Brant

Carla Duarte

Gabriel Torres

Revisão técnica

Carlos Arthur Ortenblad Jr.

Diagramação

Clarice Perrot

Projeto gráfico

Presto Design

Centro Brasileiro de Relações Internacionais (org.)

CEBRI Dossiê

Volume 1, Ano 16

Rio de Janeiro: CEBRI - Outubro, 2017.

1. China; 2. América Latina; 3. Relações Internacionais; 4. Agronegócio

As opiniões externadas nesta publicação são de exclusiva responsabilidade de seus autores.



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

DOSSIÊ #1 | ANO 16 | OUTUBRO 2017

A GEOPOLÍTICA DA INTERNACIONALIZAÇÃO DA MOEDA CHINESA

Ernani Teixeira Torres Filho
Mirko Pose

7

AGRONEGÓCIO E INDÚSTRIA: POR QUE TRAJETÓRIAS TÃO DIFERENTES?

José Roberto Mendonça de Barros

29

BRAZIL AND LATIN AMERICA

Leslie Bethell

43

CARTA AO LEITOR



José Pio Borges

Presidente do Conselho
Curador do CEBRI



Julia Dias Leite

Diretora Executiva
do CEBRI

Caros leitores,

É com satisfação que apresentamos este volume do CEBRI Dossiê, reunindo artigos de especialistas sobre política externa brasileira e relações internacionais. Nesta primeira edição de 2017, retomamos a tradição do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) de selecionar, compilar e publicar textos que estimulem a reflexão sobre o Brasil em perspectiva global.

No primeiro artigo, trazemos a análise de Ernani Teixeira Torres Filho e de Mirko Pose sobre o projeto chinês de internacionalização do Renminbi (RMB). Intitulado “**A Geopolítica da Internacionalização da Moeda Chinesa**”, o artigo é fundamental para compreender as razões que levam o governo da China a promover a maior utilização da sua moeda por países e empresas estrangeiras. Na visão dos autores, esse é um projeto acima de tudo defensivo, voltado para aumentar a resiliência da economia chinesa frente às turbulências do sistema monetário internacional.

Em seguida, disponibilizamos o texto “**Agronegócio e Indústria: por que trajetórias tão diferentes?**”, de autoria de José Roberto Mendonça de Barros. Em tal artigo, Mendonça de Barros analisa a experiência brasileira em dois setores econômicos principais: o agronegócio e a indústria. De modo comparativo, o autor busca explicar o sucesso do agronegócio brasileiro, evidente na sua elevada produtividade e capacidade de exportação. Dessa maneira, o economista identifica lições que podem ser aplicadas à indústria brasileira, de modo a favorecer a inserção internacional desse importante setor econômico.

Por fim, apresentamos “**Brazil and Latin America**”, de autoria de Leslie Bethell, membro do Conselho Consultivo Internacional do CEBRI. A partir de uma análise histórica, Bethell identifica as origens e o desenvolvimento da ideia de América Latina enquanto unidade geográfica, política e cultural. Desse modo, o texto de Bethell se mostra relevante para entender o movimento de aproximação do Brasil com os países vizinhos e a construção de uma identidade regional.

Abordando questões diversas, esses três artigos têm em comum a densidade analítica e a preocupação em contribuir com a produção de conhecimento sobre as dinâmicas internacionais em que o Brasil está inserido. Nesse sentido, são produções alinhadas à missão do CEBRI e, portanto, esperamos, do interesse de nossos leitores e colaboradores.

Desejamos uma ótima leitura.



José Pio Borges



Julia Dias Leite



A Geopolítica da Internacionalização da Moeda Chinesa



Ernani Teixeira Torres Filho

Doutor em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor do Programa de Economia Política Internacional do Instituto de Economia da UFRJ



Mirko Pose

Mestrando do Programa de Economia Política Internacional do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro

1. Introdução

Os efeitos da Crise Financeira Internacional ainda se fazem sentir na economia global. As taxas de crescimento, inclusive as da China, continuam inferiores às da década anterior. O desemprego mantém-se elevado e o comércio internacional não recuperou os níveis anteriores a 2008. Essa “Longa Recessão” (TORRES, 2011) continua em curso apesar do intenso ativismo econômico dos diferentes governos. As taxas de juros das principais moedas são mantidas a níveis próximos a zero, os bancos centrais inundam os mercados com dinheiro e liquidez e as dívidas públicas seguem em expansão.

A profundidade da crise gerou dúvidas quanto à sustentabilidade do sistema monetário internacional, SMI (HELLEINER, 2014). As autoridades chinesas foram particularmente explícitas sobre essa matéria. O presidente chinês demandou, na reunião do G-20 de novembro de 2008, a constituição de uma “nova ordem internacional que fosse boa para todos, justa, inclusiva e ordenada”. Em março seguinte, o presidente do Banco Central da China fez coro, afirmando que “o surgimento da crise e seu espalhamento pelo mundo inteiro refletem as vulnerabilidades inerentes e riscos sistêmicos no sistema monetário internacional existente” (XIAOCHUAN, 2009).

Apesar desses receios iniciais, o sistema monetário internacional conseguiu resistir razoavelmente ao choque de 2008. Nesse ambiente, duas iniciativas merecem destaque. A primeira diz respeito à reafirmação da hegemonia monetária e financeira dos Estados Unidos. Após o susto inicial, esse país adotou uma política consistente para sustentar os mercados e as instituições financeiras em seu território. O banco central americano garantiu liquidez a taxas baixas para permitir a reacomodação dos ativos. Além disso, o Tesouro americano realizou aportes de capital em seus bancos, para que se mantivessem em operação. Em paralelo, os EUA supriram o resto do mundo com uma abundância de dólares, autorizando catorze bancos centrais estrangeiros a emitirem, autonomamente, moeda americana, por meio de *swaps* com o Federal Reserve. Essas medidas restabeleceram a confiança do dólar como a moeda-chave do SMI.

A segunda iniciativa foi a mudança na regulação financeira internacional. A atividade das instituições públicas foram fortalecidas e centralizadas nos bancos centrais. Os bancos comerciais passaram a sofrer maiores limitações na gestão de seus ativos, em sua capacidade de alavancagem e nos requerimentos mínimos de liquidez. A supervisão regulatória foi estendida a segmentos do mercado financeiro que antes estavam isentos e a qualquer tipo de empresa que, de algum modo, possa gerar impactos negativos sobre o funcionamento dos sistemas financeiros.

O sucesso alcançado pelas políticas americanas na preservação dos *status quo* do SMI não deteve o curso do projeto de internacionalização monetária da China, apesar de ter sido concebido como resposta à crise de 2008. Seu objetivo é promover a maior utilização do renminbi por governos e empresas estrangeiras. Nossa hipótese é de que esse projeto tem um caráter eminentemente defensivo. Seu intuito é diminuir a dependência da China e dos seus parceiros com relação ao uso do dólar em suas transações internacionais, aumentando a resiliência dessas relações comerciais e financeiras frente a eventuais turbulências do SMI. Essa perspectiva se opõe à visão de que a internacionalização do RMB pretende, no longo prazo, substituir o dólar na sua posição de moeda chave do sistema monetário internacional (CHEY, 2013; HELLEINER, 2008).

Diante desse cenário, este texto está dividido em cinco seções, além desta introdução. Na primeira, apresenta as bases teóricas e conceituais da moeda internacional. A segunda analisa as condições que a China apresenta para sustentar a internacionalização da sua moeda. A terceira apresenta as medidas adotadas para a internacionalização do RMB, desde o ano 2000. A quarta avalia a orientação estratégica dos chineses com relação ao projeto. Por fim, conclui-se que a internacionalização do RMB pode trazer riscos elevados para o Estado chinês, se buscar a plena conversibilidade. A consequente perda de controle sobre importantes variáveis macroeconômicas, como taxa de juros e de câmbio, é algo extremamente sensível para a política chinesa e requer que seu projeto de internacionalização monetária seja gradual, cauteloso e limitado em escopo.

2. Revisão da teoria da internacionalização monetária

Uma forma simples de se identificar uma moeda internacional é avaliar seu uso por estrangeiros, para realizar transações entre si à vista ou a prazo. Esse conceito pode, entretanto, ser refinado levando-se em conta as funções que uma moeda internacional desempenha e os fatores que dão suporte a esse uso internacional (CHEY, 2013).

De acordo com a visão funcionalista, proposta por Cohen (1971), uma moeda nacional se torna internacional na medida em que passa a desempenhar no exterior as funções clássicas da moeda, como unidade de conta, reserva de valor e meio de troca, tanto para agentes públicos quanto privados. Essa segregação de demandantes é importante por que instituições, como bancos centrais e tesouros nacionais, têm uma demanda pela moeda internacional diferenciada das empresas na medida em que inclui a referência para sua taxa de câmbio, para a intervenção no mercado e para a denominação das reservas internacionais (CONTI; PRATES; PLIHON, 2013). Ainda que várias moedas possam ser internacionais, existe uma hierarquia entre aquelas “parciais”, que desempenham apenas algumas funções, e as “plenas”, que atendem várias ou todas as funções no ambiente internacional (CHEY, 2013; COHEN, 2011).

A perspectiva funcionalista permite, portanto, identificar uma estrutura hierarquizada entre as moedas internacionais. Entretanto, deixa de lado questões políticas envolvidas no relacionamento entre os países emissores das moedas internacionais e os que as utilizam. Desse ponto de vista, Strange (1971) avança no sentido de identificar as motivações políticas envolvidas na opção pelo governo de um país de usar predominantemente a moeda de outro Estado em suas relações com o sistema financeiro internacional. Para tanto, elabora duas questões fundamentais: *i*) em que circunstâncias políticas os atores econômicos e políticos de um determinado país usam uma moeda que é emitida ou controlada por outro Estado Nacional?; e *ii*) quais as consequências políticas que podem ser esperadas, para os dois lados, desse uso internacional de uma moeda? (STRANGE, 1971: 1).

Assim, deve-se considerar que a interação política entre duas autoridades soberanas também valida a utilização de uma moeda fora do espaço territorial de seu Estado emissor. Além de seu valor econômico intrínseco, é levada em conta a relação entre o Estado emissor e o “receptor” dessa moeda. Ademais, é importante ter em conta que não se trata de fazer uma distinção binária entre moedas que são internacionais e outras que não. As diversas funções econômicas e situações geopolíticas em que as moedas internacionais podem se apresentar abrem espaço para haja uma distinção entre categorias diferentes de moedas.

Desse ponto de vista, a noção de conversibilidade das moedas torna-se relevante, já que trata da possibilidade, facilidade e interesse, em termos econômicos e políticos, de estrangeiros adquirirem a moeda de um Estado diferente do seu e vice-versa. Para ser efetivamente utilizada, a moeda estrangeira deve ser tanto acessível quanto desejada. Desse modo, há moedas que são inconversíveis (não são transacionadas nos mercados internacionais, seja por entraves políticos ou por não terem valor econômico relevante), e aquelas que são conversíveis, em maior ou

menor grau (ROSSI, 2008). Uma moeda internacional é aquela que apresenta algum grau de conversibilidade, servindo a não-residentes nas suas decisões de gasto e alocação de portfólio. Certa hierarquia então se apresenta, desde as moedas que são inconversíveis em termos práticos, aquelas que são pouco conversíveis e que desempenham funções internacionais apenas pontualmente, até as plenamente conversíveis, que são transacionadas internacionalmente sem qualquer barreira legal, fiscal ou regulatória do Estado emissor. A tendência é que um número menor de moedas esteja nos patamares superiores da hierarquia, chegando-se até a uma única moeda-chave que organiza e ancora o sistema monetário e financeiro internacional (CHEY, 2013; COHEN, 2011; CONTI; PRATES; PLIHON, 2013; ROSSI, 2008).

Porém, para que uma moeda seja utilizada internacionalmente, não basta que seu emissor a torne conversível. A mera vontade de internacionalizar não é uma condição suficiente. É necessária também a existência de um mercado ativo e líquido, formado por empresas, agentes públicos e mecanismos institucionais. Existiriam assim fatores políticos e econômicos a determinar que apenas algumas moedas sejam utilizadas no ambiente internacional (AGLIETTA, 1979 apud CONTI; PRATES; PLIHON, 2013: 24).

Seriam três as principais condições econômicas para um país ser emissor de uma moeda internacional. Primeiro, sua dimensão econômica e sua integração com a economia mundial, medidos pelo PIB e pelo grau de participação nas transações comerciais e financeiras internacionais. Em segundo lugar, a confiança na estabilidade do valor dessa moeda, geralmente atribuída à taxa de inflação e à de câmbio. A terceira condição é a existência de mercados financeiros amplos, profundos e abertos, denominados e transacionados nessa moeda – geralmente presentes em território nacional, mas também em outros mercados *offshore*. Essas variáveis podem ser medidas, respectivamente, pelo valor do estoque de ativos financeiros denominados nessa moeda, pela razão entre esse estoque e o PIB do Estado emissor, e pelo grau de participação de estrangeiros nesse estoque (ANDRADE; CUNHA, 2010; CHEY, 2013; CONTI; PRATES; PLIHON, 2013; HELLEINER, 2008).

As condições políticas do uso internacional de uma moeda podem ter influência direta ou indireta. Pela via indireta, impactam os determinantes econômicos acima descritos, através das políticas adotadas pelo Tesouro e pela autoridade monetária responsável por determinada moeda (CHEY, 2013; HELLEINER, 2008). Assim, por exemplo, as políticas fiscal e monetária de um país afetam as taxas de inflação e de câmbio. O marco regulatório nacional afeta a operação dos mercados financeiros; e a política externa pode aumentar ou diminuir a rede de transações internacionais daquele país. Já pela via direta, existiriam dois determinantes: o poder geopolítico e o voluntarismo de um Estado para com sua moeda. Apesar de ser um conceito difícil de definir e mensurar, parece claro que um Estado com maior poder na arena internacional – seja no nível material, simbólico ou estrutural – tem maior capacidade de impor ou negociar o uso de sua moeda com outros atores. Ainda que seja difícil apontar indicadores razoáveis para poder, ao menos no topo a hierarquia internacional parece bem explícita. O outro determinante político de incidência direta é o voluntarismo: a decisão, por parte de um Estado, de permitir, apoiar, dificultar ou impedir o uso de sua moeda em

nível internacional. Essa tem relação com a posição internacional do país em questão, devendo as políticas públicas com esse fim ser avaliadas qualitativamente (CHEY, 2013; CONTI; PRATES; PLIHON, 2013).

É importante notar que cada determinante apontado aqui, individualmente, é condição suficiente, mas não necessária para que uma moeda seja utilizada internacionalmente. Assim, é possível que certas moedas desempenhem parcialmente funções internacionais, atendendo apenas algumas das condições econômicas e políticas arroladas. Outras podem ser largamente utilizadas, mesmo prescindindo de alguma dessas mesmas condições. Inversamente, algumas podem apresentar vários desses determinantes, mas sua utilização internacional não ser relevante. São os casos, por exemplo, do franco suíço, do iene japonês e, em menor grau ainda, do renminbi chinês. O peso relativo de cada um desses determinantes também muda de acordo com a situação concreta. Entretanto, esses elementos são importantes para que uma moeda se destaque na hierarquia internacional, e são indispensáveis para que ela desempenhe um papel de moeda-chave ou dominante no sistema monetário internacional. Entretanto, a utilização das moedas não é um resultado linear da medição desses determinantes. Admite-se a existência de certa inércia e dependência de trajetória, pelas configurações passadas do sistema (CHEY, 2013; COHEN, 2011; CONTI; PRATES; PLIHON, 2013).

O uso internacional das moedas é o que torna possível o funcionamento de um sistema monetário internacional, visto a inexistência de uma autoridade central no plano internacional. Entretanto, os benefícios para o Estado emissor são mais difusos e ambíguos (CHEY, 2013). Para resolver essa questão, a literatura normalmente se apoia em análises do tipo custo-benefício, para auferir o resultado líquido de tal processo. Congruente com o restante da interpretação, esses também são de ordem política e econômica.

Os custos econômicos de uma moeda conversível derivam do aumento e maior instabilidade na demanda por essa moeda nacional. Isso pode impactar a política monetária doméstica, dificultando a persecução de objetivos e mesmo resultando em perda do controle sobre importantes variáveis macroeconômicas, gerando o risco de crises (ANDRADE; CUNHA, 2010; CHEY, 2013). Desse ponto de vista, a experiência japonesa de internacionalização monetária dos anos 1980 e 1990 é emblemática (TORRES, 1992).

Relacionado a isso, tem-se um custo político implícito caso o Estado necessite (e queira) defender a posição internacional de sua moeda, por meios políticos ou econômicos. Objetivos domésticos podem ter que ser sacrificados ou adiados por políticas que visem exclusivamente a manutenção de um *status* internacional da moeda (CHEY, 2013; COHEN, 2011). A negociação acerca do uso da libra como reserva internacional é um exemplo dessa situação (STRANGE, 1971). Quanto mais elevada for a posição de uma moeda na hierarquia internacional e maior for sua importância sistêmica, tanto maior serão os custos e as expectativas para sua defesa, produzindo uma espécie de responsabilidade tácita sobre o bom funcionamento do sistema monetário internacional.

Em contrapartida, uma moeda internacional também gera benefícios para seu emissor. Esses

ganhos podem ser tanto microeconômicos quanto macroeconômicos. No primeiro caso, podem ser sintetizados como uma redução dos custos de transação: ganho de lucros para o setor bancário através do acesso facilitado ao emissor da moeda, facilidade para as empresas fazerem negócios no exterior em sua própria moeda, diminuição do risco cambial e hedge facilitado (ANDRADE; CUNHA, 2010; COHEN, 2011). Do ponto de vista macroeconômico, dois benefícios se apresentam. Uma moeda internacional concede, em primeiro lugar, ganhos de senhoriagem a seu emissor. Estrangeiros aceitam trocar seus bens e serviços para simplesmente ter acesso à moeda internacional, cujo custo de produção é baixíssimo ou até nulo, dependendo do instrumento. Outra vantagem é a habilidade de financiar déficits externos em sua própria moeda. Isso diminui ou mesmo elimina os limites que os desequilíbrios do balanço de pagamentos podem gerar sobre as políticas fiscal e monetária, resultando em maior flexibilidade macroeconômica (CHEY, 2013; COHEN, 2011).

Esse é o “privilegio exorbitante” conferido aos EUA pela centralidade do dólar e reclamado pelos franceses na década de 1960 (EICHENGREEN, 2011). Assim, o Estado emissor de uma moeda internacional pode adiar, defletir ou evitar um ajustamento externo, através da emissão de sua moeda (CHEY, 2013; COHEN, 2014). Pela mesma via, esse Estado pode influenciar o comportamento de outros países, seja pela via direta da coerção, pela da transformação da percepção desses atores sobre seus próprios interesses, ou pela mudança das estruturas em que geram e/ou comandam as opções desses atores dentro do SMI (CHEY, 2013; COHEN, 2011; KIRSHNER, 1997).

Essa análise de custos e benefícios não deve ser estática, nem mecânica. Isto porque essas variáveis dependem das funções desempenhadas, do grau de conversibilidade e da situação geopolítica em que as moedas estão inseridas. A relevância dada a cada consequência e como elas impactam os atores também podem ser diversas. É, portanto, necessário inferir se o resultado líquido de ter uma moeda internacional é positivo ou negativo para seu emissor, tendo em vista seu caso particular.

3. A Posição da China no contexto da Internacionalização das Moedas

Explicitadas essas premissas, podemos partir para identificar a posição que a China ocupa no sistema internacional. Para isso, são utilizados alguns dos determinantes e métricas apontadas acima, para apresentar-se um panorama básico.

Com relação ao tamanho da economia e integração nos fluxos mundiais, é ponto pacífico que o país exerce um grande papel. O PIB chinês é o segundo maior do mundo, medido em dólares correntes – pouco mais da metade do PIB norte-americano (WORLD BANK, 2017c). Possui a maior corrente comercial, sendo o maior exportador mundial (WTO, 2016). A média das taxas de inflação anual dos últimos quinze anos manteve-se próxima daquela dos países emissores de moedas centrais, ainda que com maior volatilidade (WORLD BANK, 2017d).

Em relação aos mercados financeiros, a China já é a segunda maior bolsa de valores do mundo, medido pela capitalização das empresas listadas. Em termos de profundidade dessa capitalização, aparece em terceiro lugar dentre os principais mercados, à frente da zona do euro e atrás de Japão e EUA (WORLD BANK, 2017a, 2017b).

Quanto aos quesitos políticos, a China tem tido cada vez mais destaque e assertividade no plano internacional – e especialmente em seu entorno estratégico, nas regiões do Leste e Sudeste Asiático, e também da Ásia Central. O país é um dos membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, detendo poder de veto. Participa de inúmeras outras instituições internacionais, e vem mesmo criando uma institucionalidade própria, dentro das regras internacionais estabelecidas, mas ao largo dos organismos já existentes, a exemplo do *Asian Infrastructure Investment Bank*. Um dos projetos de maior destaque internacional na atualidade é a reconstrução da antiga rota da seda (*One Belt, One Road Initiative*), que liga a China à Europa. Em relação ao poder material de coerção, a China pode ser apontada, junto com a Rússia, como a segunda potência militar do mundo, mas consideravelmente atrás do poderio norte-americano (GLOBAL FIRE POWER, 2017).

Por fim, quanto ao voluntarismo chinês para fomentar o uso internacional do RMB, existe um projeto explícito concebido para tanto. Desde o início dos anos 2000, a China vem fazendo acordos internacionais e tomando medidas para ampliar a conversibilidade de sua moeda (CHIN; YONG, 2010). Dentre essas primeiras ações, pode ser citado o programa que permite a investidores estrangeiros selecionados (*Qualified Foreign Institutional Investor - QFII*) adquirirem títulos no mercado doméstico, lançado em 2002 (ANDRADE; CUNHA, 2011; CINTRA; MARTINS, 2013). Em 2003, lançaram-se as bases para a criação de mercados financeiros *offshore*, com a permissão a residentes de Hong Kong para comprar e reter RMB, dentro de certos limites (MCCAULEY, 2011).

Essas ações iniciais tiveram impacto limitado no uso internacional do RMB, até a crise de 2008. A partir daí, verificam-se movimentos de maior vulto, como o programa que permite a liquidação de todo o comércio exterior chinês em moeda nacional, lançado em 2009 (CINTRA; MARTINS, 2013; COHEN, 2012), e a integração parcial do mercado *offshore* de Hong Kong com o sistema financeiro continental (ANDRADE; CUNHA, 2011; MCCAULEY, 2011).

Assim, o RMB parece reunir condições para emitir uma moeda internacional. Entretanto, o uso internacional do renminbi ainda é muito restrito. A participação no giro diário dos mercados cambiais é de 4%: em quinze anos, subiu de 35^a para 8^a mais transacionada nesse mercado, mas ainda assim permanece bem abaixo da participação do dólar, que é de 87%¹ (BIS, 2016). No comércio mundial, a participação, medida pelo valor das transações, é ao redor de 0,5%, enquanto o dólar respondia cerca de 50% (SWIFT, 2015). Em termos de participação nas reservas oficiais, o RMB soma 1%, enquanto o dólar responde por 67%

¹ Como duas moedas estão envolvidas em cada transação cambial, a soma do total das participações equivale a 200%, sendo que em quase metade dessas transações o dólar está em uma das pontas.

das reservas declaradas junto ao FMI (IMF, 2017). Desse modo, a China parece estar bem colocada para promover sua moeda a níveis superiores da hierarquia monetária.

4. O caminho de internacionalização do RMB

Esse aparente “atraso” da internacionalização do RMB frente à projeção internacional do país pode, no entanto, ser explicado pela peculiaridade da arquitetura do sistema financeiro chinês e de sua inserção nos mercados mundiais. O principal entrave a uma maior utilização do renminbi em âmbito internacional provém de uma relação complexa entre o modelo de crescimento do país, a estrutura de seu sistema financeiro e os controles existentes sobre a conta capital (CINTRA; SILVA FILHO, 2015).

O modelo de crescimento adotado pelo país, ao longo de mais de trinta anos, obteve resultados muito positivos do ponto de vista do crescimento do PIB, da incorporação de mão-de-obra, do aumento da produtividade, da elevação do nível médio dos salários, etc. (NAUGHTON, 2007). Entretanto, a manutenção desse modelo requer a sustentação de condicionantes domésticos importantes, entre os quais a provisão de recursos financeiros em moeda local em condições favoráveis para atender aos objetivos de direcionamento de crédito do Estado. Essa inclui principalmente a manutenção de taxas de juros comerciais baixas e formadas independentemente do mercado internacional, e das políticas de direcionamento de crédito e do investimento (MCCAULEY, 2011). Ainda, tais condições implicam em uma coordenação fina das variáveis macroeconômicas mais importantes, além de um mecanismo forte e atuante de controle das movimentações financeiras internacionais.

Para tanto, o Estado chinês criou um ambiente de repressão financeira interna (BURLAMAQUI, 2015; HE, 2015), e participa intensamente do mercado financeiro. Na China, o setor bancário, e mais especificamente os grandes bancos públicos, são os principais atores do sistema financeiro doméstico. Tornaram-se tão grandes que estão elencados entre os maiores do mundo nos últimos anos (MENDONÇA, 2015). A maior parte dos ativos financeiros chineses, e a maior parte do crédito é bancário. O mercado privado de títulos de dívida e de ações permanece restrito (ALLEN ET AL, 2011; CINTRA; MARTINS, 2013). Assim, apesar de o sistema financeiro doméstico chinês ser um dos maiores do mundo, é pouco diversificado, concentrado no setor bancário.

Adicionalmente, a China mantém fortes controles e restrições sobre os fluxos financeiros internacionais, tanto de entrada quanto de saída. O modelo de crescimento vigente garante o comando do Estado sobre o sistema financeiro doméstico, direcionando-o a uma atuação predominantemente doméstica (CINTRA; MARTINS, 2013: 213). Algum relaxamento já foi feito nesse sistema de controles, por meio de pequenos “furos” administrados pelo Estado, que podem ser abertos, aumentados, diminuídos ou fechados discricionariamente pelo governo. Há várias restrições para a entrada de estrangeiros nos mercados financeiros domésticos e para conversão de ativos denominados em RMB para outras moedas (ANDRADE;

CUNHA, 2011). Assim, verifica-se certa tensão latente entre o desenvolvimento interno, com a continuação de um ritmo de crescimento vigoroso, e a internacionalização da moeda.

O início do processo de internacionalização do RMB coincide com a entrada do país na Organização Mundial do Comércio no início dos anos 2000 (ANDRADE; CUNHA, 2011; MENDONÇA, 2015). Concomitante, foi lançada a política “Going Global”, estimulando a internacionalização de grandes empresas chinesas (CINTRA; MARTINS, 2013; CINTRA; SILVA FILHO, 2015). Desde então, permitiu-se um maior volume de fluxos financeiros entre o país e o exterior. Aumentaram os saldos em RMB fora da China, ao mesmo tempo em que se autorizava a maior participação estrangeira no mercado financeiro doméstico. A primeira medida de impacto foi a instituição de um programa que dava acesso ao mercado de títulos chinês a um pequeno grupo de investidores internacionais, mas sob um controle muito estrito sobre o número e a seleção dos participantes, exposição individual e agregada, repatriação dos dividendos, etc.

Em 2006, foi criada a contraparte doméstica desse programa, permitindo a investidores nacionais realizarem aplicações de portfólio nos mercados internacionais, sujeitos a controles parecidos (ANDRADE; CUNHA, 2011; CINTRA; MARTINS, 2013). Nesse meio tempo, foi autorizada a emissão de títulos em RMB no mercado doméstico por estrangeiros. Num primeiro momento, os chamados títulos “Panda” podiam ser lançados apenas por instituições multilaterais de desenvolvimento, escolhidas pelo governo, nas quais a própria China participava ou tinha influência muito grande (COHEN, 2012).

Também foi iniciada nesse período a formação de um mercado financeiro *offshore* para as transações em RMB em Hong Kong². Bancos nessa região foram autorizados a realizar algumas operações em RMB (principalmente depósitos, remessas e câmbio) a partir de 2004, restritas a pessoas físicas e empresas selecionadas. Entretanto, os limites para essas operações, a impossibilidade de transferência desses fundos e a falta de outros instrumentos e aplicações para serem investidos restringiu o desenvolvimento desse mercado (CINTRA; MARTINS, 2013; COHEN, 2012; MCCAULEY, 2011).

Apenas em 2007 o mercado *offshore* em Hong Kong começou de fato a operar. Bancos e instituições financeiras, sediados na China continental, foram autorizados a emitir títulos e bônus em RMB nessa praça (COHEN, 2012; CINTRA; MARTINS, 2013; EICHEN-GREEN; KAWAI, 2014). Ainda que mais uma vez convivesse com várias restrições, passou a existir um mercado financeiro denominado na moeda, razoavelmente confiável, líquido e acessível a estrangeiros.

Entretanto, esses mercados tiveram movimentação baixa até 2008. A utilização do RMB

² Hong Kong tem um status especial dentro da política chinesa. Oficialmente, é designada como uma região administrativa especial, tendo maior liberdade que províncias e regiões equivalentes - conta com uma autoridade monetária e moeda própria, por exemplo. Na prática, o governo central em Pequim mantém uma supervisão sobre a região e tem utilizado seu mercado financeiro como laboratório para experimentos de regulações e inovações, antes de serem aplicados no mercado continental.

permanecia muito restrita, mesmo com o início de uma maior conversibilidade (SWIFT, 2015). Como explicitado anteriormente, a crise financeira internacional exacerba as preocupações chinesas com a instabilidade do sistema, e promove uma escalada maior do projeto de internacionalização. A partir de então, a China passa a dar mais atenção para o componente comercial, com mercado *offshore* de Hong Kong também testemunhando maior desenvolvimento (CHIN; YONG, 2010).

No imediato pós-crise, a China promoveu acordos de *swaps* cambiais com vários bancos centrais. Esses tinham como objetivo fornecer fundos para parceiros comerciais manterem suas importações de produtos chineses, afetadas pela escassez de liquidez internacional. Ainda que essas reservas em RMB tivessem pouca aceitação internacional, serviam para realizar transações com a China, que já era o principal parceiro comercial de muitos desses países (CINTRA; MARTINS, 2013; COHEN, 2012). A partir de então, essa rede de acordos bilaterais foi sendo expandida, passando também a se guiar por situações geopolíticas: muitas das novas linhas de *swaps* foram assinadas com países que não são grandes parceiros comerciais ou não têm grande peso econômico, mas são politicamente desejosos de reter RMB³ (CINTRA; MARTINS, 2013; PRASAD, 2016).

Com a relativa estabilização do comércio, as autoridades chinesas passaram a empreender ações para fomentar o uso do RMB nessa função. Uma das ações de maior envergadura foi lançada em 2009: um programa piloto para a liquidação do comércio exterior chinês em RMB. As empresas de regiões selecionadas podiam compensar suas operações (importações e exportações) com países específicos em moeda nacional, através de bancos comerciais públicos designados para esse fim (CINTRA; MARTINS, 2013; COHEN, 2012; EICHEN-GREEN; KAWAI, 2014). A partir de então, o programa foi sendo alargado, em fases, para abarcar empresas situadas em todo o país e o comércio com todo o mundo. A partir de 2011, todo o comércio exterior chinês pode ser liquidado em sua própria moeda, se assim desejado pelas empresas envolvidas. Em 2015, cerca de 25% dessa corrente já era efetivamente compensada em RMB (PRASAD, 2016: 56).

A possibilidade de realizar transações comerciais e o grande volume dessas realizado pela China implicou na acumulação de fundos em RMB fora do país, que tinham pouca opção de aplicação fora o restrito mercado em Hong Kong. Assim, a introdução do programa piloto impulsiona a movimentação naquele mercado *offshore* (CINTRA; MARTINS, 2013; EICHENGREEN; KAWAI, 2014). Ainda em 2009, o Ministério das Finanças chinês pela primeira vez emite títulos públicos chineses no mercado *offshore*, com o objetivo explícito de apoiar a formação de uma curva de juros e rendimento (CINTRA; MARTINS, 2013; MCCAULEY, 2011). A partir daí esse mercado decola. No ano seguinte, empresas não-financeiras chinesas e multinacionais que operam no continente são autorizadas a também emitirem títulos em RMB em Hong Kong (COHEN, 2012); e é estabelecida uma ligação mais direta entre essa praça e o mercado financeiro doméstico: fundos em moeda chinesa

³ Até 2015, foram assinados 34 acordos desse tipo, com o total de reservas disponibilizadas (em RMB) pela China para seus parceiros no equivalente a cerca de US\$ 500 bilhões (PRASAD, 2016: 77-80).

podem ser transferidos para o sistema financeiro doméstico (até um certo limite) e os bancos comerciais que operam na ilha passam a ter acesso ao mercado interbancário chinês (ANDRADA; CUNHA, 2011; CINTRA; MARTINS, 2013).

Foi também instaurada na região uma câmara de compensação, para apoiar o programa piloto. Os mesmos bancos que participam do programa dentro do país podem agora oferecer serviços financeiros em RMB (compensação de trocas, depósitos e aplicações financeiras, mercado de câmbio, financiamento de importações e exportações, etc.) para as empresas estrangeiras que optarem por participar do programa, ficando esses ativos nas filiais em Hong Kong (CINTRA; MARTINS, 2013).

Com o aumento das operações no mercado *offshore* de RMB, esse recebe uma denominação diferente (CNH) daquelas transacionadas nos mercados domésticos (CNY). As taxas de câmbio e os prêmios pagos pelos títulos diferem nos dois mercados – mesmo sendo oficialmente na mesma moeda. A segmentação entre os sistemas financeiros no exterior e doméstico permanecia, mesmo com o governo procurando abrir canais de comunicação e convergir os preços para acabar com os ganhos de arbitragem sobre esses diferenciais (MCCAULEY, 2011).

A partir de 2012, a política de criação de um mercado cambial *offshore* deixou de se concentrar em Hong Kong. Foram criadas outras câmaras de compensação pelo mundo para as transações em RMB. Tais centros de compensação encontram-se bem distribuídos geograficamente e incluem praças financeiras importantes como as da Austrália, Canadá, Cingapura, França, Reino Unido e Suíça (PRASAD, 2016).

No final de 2016, o RMB foi incluído na cesta de moedas que compõe os Direitos Especiais de Saque, a unidade de conta emitida pelo FMI (PRASAD, 2016). O debate inicial apresentado nesse trabalho é fruto dessa época. O renminbi atingiu seu pico de utilização internacional em 2015, tornando-se uma das dez moedas mais transacionadas do mundo, somando todas as funções e mercados (SWIFT, 2014).

Entretanto, desde então, a internacionalização do RMB retrocedeu. No comércio exterior do próprio país, a liquidação em moeda nacional caiu cerca de 20% entre 2015 e 2016. O total de ativos denominados nessa moeda em Hong Kong se reduziu em cerca de 30% e os depósitos bancários em RMB diminuíram para cerca de um terço do pico de 2014 (HERRERO; SIU, 2017).

A explicação para uma queda tão severa e abrupta parece se relacionar com a trajetória da taxa de câmbio da moeda chinesa. O RMB desvalorizou-se em relação ao dólar a partir do início de 2014, atingindo, em dezembro de 2016, a menor cotação em uma década (BLOOMBERG, 2017). Como resposta, o governo chinês usou suas reservas internacionais para tentar defender o valor de sua moeda, e reintroduziu controles de capital para a saída de fundos do país (HORNBY, 2017; HUGHES, 2016; MITCHELL; RENNISON; PLATT, 2016).

Apesar dos esforços das autoridades chinesas para incentivar o uso de sua moeda com base em seu peso comercial e no desenvolvimento do mercado *offshore*, a internacionalização do RMB esteve motivada principalmente pela expectativa de sua contínua apreciação. Com uma maior e progressiva conversibilidade, os agentes adquiriram ativos em moeda chinesa para auferirem ganhos cambiais, e com a arbitragem dos diferenciais entre as taxas *offshore* e doméstica (CINTRA; MARTINS, 2013; HE, 2015). O renminbi não parece ter atingido ainda um patamar destacado, nem desempenhar de forma relevante as funções internacionais. Seu maior uso pode seguir uma estratégia de diversificação de risco: quando as expectativas de ganhos diminuam, os agentes correram para ativos considerados seguros. Os determinantes, mesmo que tenham se movido favoravelmente para a China nos últimos anos, ainda não parecem suficientes – aos menos na visão dos mercados mundiais – para fixar o RMB como uma moeda de primeira linha na hierarquia internacional.

5. A orientação estratégica da internacionalização do RMB pós-crise de 2008

Após a crise financeira de 2008, as autoridades do país têm demonstrado, através de discursos e documentos oficiais (CHIN; YONG, 2010; HE, 2015; XIAOCHUAN, 2009), preocupação com a dominância do dólar sobre o sistema monetário internacional e as consequências internacionais das políticas macroeconômicas norte-americanas. As dúvidas chinesas sobre o atual sistema precedem a crise, mas foram trazidas à tona pelo evento (CHIN; YONG, 2010). No entendimento chinês, o padrão monetário baseado no dólar flexível (SERRANO, 2002) concederia muitas prerrogativas ao emissor da moeda-chave, que pode sustentar déficits gêmeos – em conta-corrente e fiscais – através da emissão de passivos em dólar aceitos internacionalmente, e extrair riqueza material dos outros países através de ganhos de senhoriagem (HE, 2015).

Na visão chinesa, isso criaria um risco de instabilidade permanente, já que o sistema está sujeito em grande parte à política econômica norte-americana. As autoridades monetárias e econômicas dos EUA estariam, assim, livres para fazerem políticas com foco doméstico, sem precisar levar em conta os efeitos que essas têm sobre o mundo através da sua moeda globalizada. Os EUA podem manter déficits crônicos, sem precisar realizar qualquer política de ajustamento motivada por algum estrangulamento externo, enquanto seu endividamento e as consequências sobre o dólar de suas políticas geram pressões sistêmicas para realinhamentos cambiais e macroeconômicos nos outros países. Além de seus efeitos negativos imediatos, essa instabilidade sistêmica forçaria os países que não emitem moedas amplamente conversíveis a se resguardar através do acúmulo de reservas internacionais, que são mantidas inutilizadas por motivos precaucionais e desviam ainda mais os fluxos financeiros em direção ao centro. Isto efetivamente estaria acontecendo, mesmo que as autoridades norte-americanas estejam perseguindo objetivos domésticos considerados “legítimos” por outros Estados (CHIN; YONG, 2010; HE, 2015).

O impacto da crise financeira de 2008 sobre o comércio chinês foi relevante. A paralisação dos mercados de crédito internacional afetou diretamente as exportações do país, variável muito importante para a continuidade do dinamismo do país. As políticas do FED e do Tesouro norte-americano para sustentar os mercados financeiros e garantir liquidez no sistema tiveram como resultado secundário uma desvalorização inicial do dólar. Isso reduziu o valor das reservas mantidas pelos bancos centrais nessa moeda, tendo impacto profundo sobre a China, maior detentora desses ativos (CAMPANELLA, 2014; HE, 2015; KROEBER, 2011). Assim, a crise financeira, que teve início no mercado imobiliário norte-americano, acabou afetando direta e indiretamente (através das medidas para conter a crise) a estabilidade e o crescimento chinês.

A resposta mais lógica e imediata para essa questão, do ponto de vista chinês, seria se afastar parcialmente do dólar e utilizar outra moeda para denominar e liquidar seu comércio, diversificando suas reservas internacionais. Porém, essa solução esbarra em empecilhos práticos. Não há outra moeda que seja globalmente aceita no comércio internacional como o dólar. Igualmente não há nenhuma combinação de mercados financeiros grandes o bastante para acomodar o montante de reservas chinesas, que não o sistema financeiro e o Tesouro americanos (HE, 2015; KROEBER, 2011). Além disso, o governo chinês prioriza segurança e liquidez sobre o retorno de seus ativos de reserva e, desse ponto de vista, o mercado norte-americano torna os ativos em dólar os investimentos mais líquidos e seguros do mundo (HE, 2015).

A saída encontrada para diminuir a dependência do dólar foi utilizar internacionalmente mais a sua própria moeda. Com o RMB sendo mais procurado nas transações internacionais, os chineses poderiam se precaver em parte da instabilidade sobre o comércio mundial, e não precisariam manter tantas reservas em moeda estrangeira para realizar ajustes externos (EICHENGREEN, 2011: 141). Além do mais, poderiam incorporar algumas das vantagens, apontadas anteriormente, de se ter uma moeda internacional. Dentre elas, adquirirem um maior grau de autonomia e influência no sistema internacional (COHEN, 2012; HE, 2015). O projeto de internacionalização do RMB estaria combinado então com as ambições geopolíticas do país (CAMPANELLA, 2014; CINTRA; MARTINS, 2013).

Assim, a China montou uma estratégia de internacionalização de sua moeda subordinada a esses objetivos e condizente com sua posição geopolítica no sistema internacional. Tal estratégia consiste basicamente em dois caminhos: fomentar seu uso no mercado financeiro privado, principalmente através da criação de um mercado *offshore* em Hong Kong, e no comércio internacional (COHEN, 2012). Num primeiro momento, o foco parece ter sido no uso comercial, através da realização de acordos de *swaps* cambiais com outros bancos centrais e com as medidas que permitiam a denominação e liquidação do comércio externo chinês em RMB, para que então os bancos e empresas que adquiriam esses fundos pudessem usa-los para investir em um número cada vez maior de títulos em moeda chinesa (CAMPANELLA, 2014; EICHENGREEN; KAWAI, 2014).

Aventa-se que, por ora, essa estratégia constitui um movimento defensivo. Busca diminuir a dependência chinesa em relação ao dólar e proteger a China das turbulências do sistema financeiro e monetário internacional, mas não competir ou substituir a moeda ou o sistema financeiro norte-americano (CAMPANELLA, 2014; CINTRA; MARTINS, 2013; CINTRA; PINTO, 2015). Na verdade, a China mantém, paradoxalmente, um profundo interesse na estabilidade do atual sistema. O país encontra-se atrelado ao padrão dólar, por conta do seu comércio internacional e da quantidade massiva de reservas internacionais detidas na forma de ativos denominados em dólar. Assim, sua estratégia de internacionalização do RMB não busca desestabilizar ou romper com o padrão dólar flexível, mas sim realizar uma mudança gradual que abra espaço também para utilização internacional daquela moeda (CHIN; YONG, 2010; KROEBER, 2011).

De qualquer modo, essa estratégia não possui precedentes históricos. Como apontado, a China carece de um mercado financeiro bem desenvolvido, líquido e diversificado, assim como mantém a conta capital estritamente controlada, que seriam pré-requisitos importantes para aumentar o uso internacional de uma moeda (CINTRA; MARTINS, 2013; EICHENGREEN, KAWAI, 2014). Em realidade, o processo parece ter sido fomentado sob uma percepção de que a China não precisa liberalizar completamente sua conta de capital nem desenvolver plenamente seus mercados financeiros para que o RMB atinja um patamar superior na hierarquia monetária internacional (HE, 2015). Essa poderia ser inclusive uma definição consciente das autoridades chinesas: fazer o mínimo de concessões possíveis na esfera financeira, e esperar que o tamanho da economia e seu peso comercial no mundo atrásem a maior utilização de sua moeda (COHEN, 2012). O país estaria buscando, então, realizar uma internacionalização com “convertibilidade controlada” (CINTRA; MARTINS, 2013: 266).

Outro empecilho à maior internacionalização da moeda chinesa é a provisão de liquidez em RMB para os mercados globais, seja por meio de déficits na conta-corrente, ou investimentos externos. Entretanto, o modelo de crescimento atual forneceu um persistente superávit em conta-corrente ao mesmo tempo em que o estoque de investimentos externos chineses no mundo é baixo (apesar de vir crescendo), devido às restrições na conta capital (CHOVANEK, 2015; CINTRA; MARTINS, 2013). Assim, a estratégia atual de internacionalização do RMB na verdade tem feito a China aumentar ainda mais seus passivos em dólar no curto prazo, ao aceitá-los em troca de oferecer sua própria moeda internacionalmente (CHOVANEK, 2015; HE, 2015).

Portanto, o processo de internacionalização do RMB convive com a preocupação de manter o ritmo de crescimento econômico e a estabilidade interna, não contando com mercados financeiros desenvolvidos e conservando sua conta capital relativamente fechada. Além do mais, tal processo parte de um nível de utilização muito baixo da moeda chinesa (KROEBER, 2011). Como a preocupação com a estabilidade macroeconômica tem premência, o projeto tem sido extremamente cauteloso e gradual, sujeito a testagens, paralisações e retrocessos (ANDRADE; CUNHA, 2011; CINTRA; MARTINS, 2013; HE, 2015). Assim, as metas almejadas ainda parecem estar num horizonte mais dilatado de tempo. A maior convertibilidade do

RMB, e sua utilização global mais efetiva, ainda podem levar anos ou mesmo décadas, e mesmo que as autoridades chinesas assim o desejassem, sua moeda dificilmente poderia ser uma alternativa ao dólar (CAMPANELLA, 2014; HE, 2015; KROEBER, 2015).

No momento, o processo de internacionalização parece estar estancado. Como citado, a China reintroduziu restrições na conversibilidade da conta capital para tentar frear o movimento de saída de capitais, e não demonstrou nenhuma atividade para retomar a trajetória de maior conversibilidade do RMB. A instabilidade no cenário econômico mundial, trazida pelo processo de saída do Reino Unido da União Europeia e pela eleição de Trump nos EUA, entre outras questões, colocou o governo chinês em estado de alerta. As reformas e abertura da conta capital foram postas em plano secundário, pois a estabilidade interna ainda é mais proeminente que um papel mais ativo do RMB no plano internacional.

Entretanto, esse não necessariamente é o fim da linha para o projeto chinês de internacionalização monetária. Essa parada pode ser entendida como uma testagem de políticas e regulações em um espaço controlado (representado pelo mercado *offshore* de Hong Kong), segmentado do sistema financeiro doméstico, e que pode ser ajustado, desacelerado ou mesmo revertido, sem grandes consequências para a estabilidade interna. A estratégia proposta é gradual, e não há indícios de que se planeje uma liberalização plena da conta de capitais – ao menos no curto prazo. Assim, essa etapa inicial pareceu servir de laboratório de experimentação, prestando-se como mecanismo marginal de ajuste e informação ao governo chinês. Com uma planejada mudança do padrão de desenvolvimento interno, a internacionalização pode servir como propulsora de medidas de reformas financeiras e da relação da China com o mundo (EICHENGREEN; KAWAI, 2014; HE, 2015). Como em outros setores da economia onde houve reformas, parece ser adotada uma perspectiva de “um passo atrás, dois à frente”.

O objetivo chinês não é desbancar o dólar ou tomar o lugar ocupado hoje pelo sistema financeiro norte-americano. O projeto é defensivo e tem o intuito de criar barreiras à instabilidade do atual SMI. Portanto, a China deseja internacionalizar sua moeda apenas na medida em que isso lhe propiciasse algum grau de autonomia e influência internacional. As autoridades do país entendem que há riscos envolvidos no processo, alguns deles especialmente sensíveis para o país – como a perda do controle sobre a política doméstica de câmbio, juros e alocação de crédito; e a geração de desequilíbrios domésticos por conta das pressões pela valorização da moeda. Têm em mente que o estouro da bolha especulativa e o baixo crescimento do Japão desde a década de 80 são resultantes das fragilidades engendradas por uma experiência de internacionalização monetária, no caso do iene (HE, 2015). Como a estabilidade e crescimento internos são metas explícitas do governo, não se pretende incorrer na possibilidade de uma crise financeira, já que a política de crédito e investimentos do atual modelo de desenvolvimento também gerou fragilidades internas, como a de uma bolha imobiliária. Portanto, o processo de internacionalização do RMB deve seguir em ritmo lento, mas não ser inteiramente abandonado, uma vez que a China não atingiu seu objetivo de ampliar seu raio de manobra dentro do sistema monetário internacional.

6. Considerações finais

O processo de internacionalização da moeda chinesa é uma das mais importantes respostas nacionais à crise financeira internacional de 2008. Entretanto, não cabe identificar nessa iniciativa uma estratégia para levar a moeda chinesa a competir diretamente com o dólar, ou mesmo a desbancar sua posição hegemônica. O sistema monetário internacional apresenta um caráter hierarquizado, com poucas moedas nos patamares superiores, desempenhando um grande número de funções e, no presente momento, o dólar continua sendo a moeda-chave, que ancora o sistema, sem se avistar a existência de competidores próximos. Essa hierarquia monetária não é dada apenas pela vontade dos emissores, mas envolve também questões políticas e econômicas.

Apesar de apresentar vários dos determinantes elencados para ter uma moeda amplamente conversível, a China não conseguiu até o momento nem mesmo fixar sua moeda entre as mais importantes no sistema, muito menos como competidora do dólar. Na verdade, essa meta não faz parte dos objetivos chineses. O projeto de internacionalização do RMB é claramente defensivo. Visa diminuir a dependência chinesa frente à moeda americana e, com isso, aumentar sua capacidade de resistir às instabilidades inerentes ao padrão monetário e financeiro atual.

Esse objetivo, mesmo mais modesto, vem enfrentando obstáculos de monta para ser concretizado. Manter uma moeda com ampla utilização internacional traz custos e riscos ao Estado emissor. Por isso, a China tem prosseguido com cautela no processo de internacionalização do RMB. As reformas e medidas de abertura financeira têm sido graduais e seguem um ritmo lento. A maior parte do tempo, Hong Kong foi utilizada como “ponta de lança” para testagem de um conjunto de medidas. A partir daí a experiência acumulada é aplicada de modo a alargar a base internacional do renmimbi e permitir uma integração entre os mercados *offshore* e doméstico.

O maior aprofundamento da internacionalização do RMB irá requerer reformas no mercado financeiro local e maior liberalização da conta capital. Porém, isso não parece ainda estar no horizonte. O controle estrito sobre variáveis macroeconômicas e a estabilidade interna são prezados acima do uso internacional da moeda, dentro do modelo de crescimento vigente. Isso requer, no entendimento das autoridades chinesas, um relativo insulamento de seu sistema financeiro doméstico frente aos mercados globalizados.

A China estaria buscando uma “internacionalização controlada” de sua moeda – uma perspectiva que desafia as análises tradicionais puramente econômicas. De modo inédito, busca ampliar o uso de sua moeda, mantendo o sistema financeiro sob controle do Estado e a conta capital pouco aberta, ao menos no curto prazo. Entende-se que, a despeito de não possuir precedente histórico, seja possível construir um mecanismo limitado de internacionalização da moeda, visando apoiar as empresas nacionais em seu comércio externo, e de reciclagem

das enormes reservas em moeda estrangeira que o país detém, sem, no entanto, promover mudanças profundas no padrão de funcionamento do sistema monetário atual.

Entretanto, o processo de internacionalização pode vir a tomar outras proporções, dependendo da pressão externa que os chineses venham a enfrentar no futuro por parte de seus parceiros comerciais, em particular dos Estados Unidos. O atual *status quo* da moeda chinesa pode se ver ameaçado por críticas com relação a eventuais manipulações cambiais ou ao poder que os mercados internacionais deveriam ter sobre a fixação do curso da RMB. É bom lembrar que, no caso japonês, a liberalização financeira foi também uma tentativa de acomodar politicamente as críticas dos EUA aos controles e às práticas financeiras dominantes no mercado japonês.

Referências

ALLEN, Franklin et al. **China's Financial System: Opportunities and Challenges**. Working Paper, n.17828. Cambridge: NBER, 2012.

ANDRADE, Luíza Cardoso de; CUNHA, André Moreira. A diplomacia do iuane: breves comentários sobre a internacionalização financeira da China (parte I – aspectos teóricos). **Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 23, p.15-28, outubro-dezembro de 2010.

ANDRADE, Luíza Cardoso de; CUNHA, André Moreira. A diplomacia do yuan: breves comentários sobre a internacionalização financeira da China (parte II – evidências e conclusões). **Economia & Tecnologia**, Curitiba, v. 24, p.15-26, janeiro-março de 2011.

BANK FOR INTERNATIONAL SETTLEMENTS. **Triennial Central Bank Survey: Foreign Exchange Turnover in April 2016**. 2016. Disponível em: <http://www.bis.org/publ/rpfx16fx.pdf>.

BLOOMBERG. **USDCNY Spot Exchange Rate**. 2017. Disponível em: <https://www.bloomberg.com/quote/USDCNY:CUR>.

BURLAMAQUI, Leonardo. As finanças globais e o desenvolvimento financeiro chinês: um modelo de governança financeira global conduzido pelo Estado. IN: **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento**. CINTRA, Marcos; SILVA FILHO, Edison; PINTO, Eduardo (org.). Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

CAMPANELLA, Miriam. **The internationalization of the Renminbi and the rise of a multipolar currency system**. 2014. Disponível em: http://www.ecipe.org/app/uploads/2014/12/WP201201_1.pdf.

CHEY, Hyoung-kyu. **The Concepts, Consequences, and Determinants of Currency In-**

ternationalization. GRIPPS Discussion Paper 13-03. GRIPS – National Graduate Institute for Policy Studies, maio de 2013.

CHIN, Gregory; YONG, Wang. China Debates: The Dollar System and Beyond. In: SUBACCHI, Paola; DRIFILL, John (edit.). **Beyond the Dollar: Rethinking the International Monetary System.** Londres: Royal Institute of International Affairs, 2010.

CHOVANEC, Patrick. **4 Trillion Reasons China's Currency Isn't Ready for Prime Time.** 2015. Disponível em: <http://foreignpolicy.com/2015/06/16/yuan-renminbi-world-reserve-currency-special-drawing-rights-imf/>.

CINTRA, Marcos; SILVA FILHO, Edison. O Sistema Financeiro Chinês: a Grande Muralha. IN: **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desenvolvimento.** CINTRA, Marcos; SILVA FILHO, Edison; PINTO, Eduardo (org.). Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

CINTRA, Marcos; MARTINS, Aline. O papel do dólar e do renminbi no sistema monetário internacional. In: CINTRA, Marcos; MARTINS, Aline (org.). **As transformações no sistema monetário internacional.** Brasília: Ipea, 2013.

CINTRA, Marcos; PINTO, Eduardo. **Substituição do dólar pela “moeda do povo” chinesa: limites e possibilidades.** 2013. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Substituicao-do-dolar-pela-moeda-do-povo-chinesa-retorica-possibilidades-e-limites/7/29460>.

COHEN, Benjamin. The Benefits and Costs of an International Currency: Getting the Calculus Right. **Open Economies Review**, [s.l.], v. 23, p.13-31, 2011.

COHEN, Benjamin. **The future of sterling as an international currency.** Londres: Macmillan, 1971.

COHEN, Benjamin. **The Yuan Tomorrow?: Evaluating China's Currency Internationalization Strategy.** New Political Economy, 2012. Disponível em: http://www.polsci.ucsb.edu/faculty/cohen/recent/pdfs/New_Pol_Econ_2012_article.pdf.

CONTI, Bruno M.; PRATES, Daniela M.; PLIHON, Dominique. O Sistema Monetário Internacional e seu Caráter Hierarquizado. In: CINTRA, Marcos; MARTINS, Aline (org.). **As transformações no sistema monetário internacional.** Brasília: Ipea, 2013.

EICHENGREEN, Barry. **Privilégio exorbitante: a ascensão e a queda do dólar e o futuro do sistema monetário internacional.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

EICHENGREEN, Barry; KAWAI, Masahiro. **Issues for Renminbi Internationalization: An overview.** 2014. Disponível em: http://www.relooney.com/NS3040/000_New_476.pdf.

GLOBAL FIRE POWER. **Countries Ranked by Military Strength (2017)**. 2017. Disponível em: <http://www.globalfirepower.com/countries-listing.asp>.

HE, Alexander. **Domestic sources and RMB internationalization**: a unique journey to a major global currency. CIGI Papers, nº 67, maio de 2015. Disponível em: https://www.cigionline.org/sites/default/files/cigi_paper_no67.pdf.

HELLEINER, Eric. **The Status Quo Crisis**: Global Financial Governance after the 2008 Meltdown. Oxford: Oxford University Press, 2014.

HELLEINER, Eric. Political determinants of international currencies: What future for the US dollar? **Review of International Political Economy**, v. 15, n. 3, p.354-378, julho de 2008.

HERRERO, Alicia; SIU, Pascal. **RMB internationalization moving backwards**. Maio de 2017. Disponível em: https://www.research.natixis.com/GlobalResearchWeb/Main/GlobalResearch/GetDocument/gx8wNroUbuXZKW_3lhE_zA==.

HORNBY, Lucy. **China spells out curbs on capital outflows**. Financial Times, janeiro de 2017.

HUGHES, Jennifer. **Price of renminbi stability rising for China**. Financial Times, dezembro de 2016.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Currency Composition of Foreign Exchange Reserves (COFER)**. 2017. Disponível em: <http://data.imf.org/?sk=E6A5F467-C14B-4AA8-9F6D-5A09EC4E62A4>.

KIRSHNER, Jonathan. **Currency and Coercion**: The Political Economy of International Monetary Power. Princeton: Princeton University Press, 1997.

KISSINGER, Henry. **Sobre a China**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.

KROEBER, Arthur. **The renminbi: the political economy of a currency**. Brookings Series: Shaping the Emerging Global Order, Nº 3. Setembro de 2011.

MCCAULEY, Robert. **Renminbi Internationalization and China's financial development**. BIS Quarterly Review, dezembro de 2011.

MEDEIROS, Carlos. China: entre os Séculos XX e XXI. In: FIORI, José Luís (org.). **Estado e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MENDONÇA, Ana. Sistema Financeiro Chinês: Conformação, Transformações e Controle. IN: **China em transformação: dimensões econômicas e geopolíticas do desen-**

volvimento. CINTRA, Marcos; SILVA FILHO, Edison; PINTO, Eduardo (org.). Rio de Janeiro: IPEA, 2015.

MITCHELL, Tom; RENNISON, Joe; PLATT, Eric. **China cedes status as largest US creditor do Japan.** Financial Times; dezembro de 2016.

NAUGHTON, Barry. **The Chinese economy: transitions and growth.** Cambridge: MIT Press, 2007.

PRASAD, Eswar. **China's effort to expand the international use of the renminbi.** Relatório preparado para a U.S.-China Economic and Review Commission. 2016.

SERRANO, Franklin. Do ouro imóvel ao dólar flexível. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 11, n. 2 (19), p. 237-253, julho/dezembro 2002.

SOCIETY FOR WORLDWIDE INTERBANK FINANCIAL TELECOMMUNICATION. **Worldwide Currency Usage and Trends.** 2015.

SOCIETY FOR WORLDWIDE INTERBANK FINANCIAL TELECOMMUNICATION. **RMB breaks into the top ten most-used currencies for payments.** Janeiro de 2014. Disponível em: <https://www.swift.com/insights/press-releases/rmb-breaks-into-the-top-ten-most-used-currencies-for-payments>.

STRANGE, Susan. **Sterling and British Policy: A Political Study of an International Currency in Decline.** Londres: Oxford University Press, 1971.

THE WORLD BANK GROUP. **Financial Sector: Market capitalization of listed domestic companies (% of GDP).** 2017a. Disponível em: <http://data.worldbank.org/topic/financial-sector?end=2016&locations=CN-US-JP-XC-GB&start=2013>.

THE WORLD BANK GROUP. **Financial Sector: Market capitalization of listed domestic companies (current US\$).** 2017b. Disponível em: <http://data.worldbank.org/topic/financial-sector?end=2016&locations=CN-US-JP-XC-GB&start=2013>.

THE WORLD BANK GROUP. **GDP (current US\$).** 2017c. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?end=2015&locations=CN-US&start=2008>.

THE WORLD BANK GROUP. **Inflation, consumer prices (annual %).** 2017d. Disponível em: <http://data.worldbank.org/indicator/FP.CPI.TOTL.ZG?end=2016&locations=CN-US-JP-XC-GB&start=2002>.

TORRES, Ernani. **A Economia Política do Japão: Reestruturação Econômica e seus Impactos sobre as Relações Nipo-Brasileiras (1973-1990).** 1992. Tese de Doutorado defendida junto ao Instituto de Economia – Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

TORRES, Ernani **O Pânico de 2008 e a Longa Recessão**: Onde estamos e para onde vamos? Revista Econômica, Niterói, v 13, n 2, dezembro 2011. Disponível em: <http://www.revistaeconomica.uff.br/index.php/revistaeconomica/article/viewFile/28/23>.

WORLD TRADE ORGANIZATION. **Trade profiles**. 2016. Disponível em: <http://stat.wto.org/CountryProfile/WSDBCountryPFView.aspx?Language=E&Country=E28%2cCN%2cUS>.

XIAOCHUAN, Zhou. **Reform the international monetary system**. Março de 2009. Disponível em: <http://www.bis.org/review/r090402c.pdf>.



Agronegócio e Indústria: por que trajetórias tão diferentes?¹



José Roberto Mendonça de Barros

Doutor em economia e membro do Conselho Consultivo da FEBRABAN

1. Introdução

O Brasil tem crescido pouco nas últimas décadas. Embora tenha havido algum progresso, é certo que:

- a taxa média de expansão desde 1980 foi baixa.
- não saímos de uma faixa de 20% da média do PIB per capita americano, enquanto que países como Coreia do Sul (que tinha níveis de renda semelhantes a do nosso país em 1980) decolaram e hoje são desenvolvidos.
- continuamos a observar períodos relativamente curtos de crescimento (em geral, associados a bons momentos da economia global, que resultam em ganhos de Termos de Troca) seguidos de grandes crises. A maior delas ocorre exatamente neste momento. Desde o segundo trimestre de 2014 até o final do ano passado, o PIB per capita caiu praticamente 10%. Não conseguimos crescer com sustentabilidade.

Naturalmente, a grande questão que a pesquisa e o debate tentam entender é porque isso acontece e o que pode ser feito para destravar o crescimento. O Fórum Nacional tem sido um dos mais importantes locais de reflexão e da busca de soluções.

¹ Este artigo foi publicado anteriormente em: Recessão, crise estadual e da infraestrutura. Para onde vai a economia brasileira?. Raul Velloso (coord.), INAE, Rio de Janeiro, 2017 (XXIX Fórum Nacional 2017).

Desde logo, é claro que o desempenho modesto do nosso crescimento nas últimas décadas só ocorre porque a evolução da produtividade tem sido limitada, uma vez que não temos grandes restrições nos recursos naturais (ao contrário), na população e na disponibilidade de mão de obra e na possibilidade da utilização de máquinas e equipamentos.

Como colocou Claudio Frischtak, neste mesmo Fórum, “a causa talvez mais imediata se remeta às perdas de produtividade, não apenas da indústria, mas do conjunto da economia, observadas a partir da década de 1980... Ainda que não uniforme, a tendência parece inequívoca, com uma contração média de 1% ao ano na produtividade fatorial total (PTF), no período 1980 – 2014... Já os ganhos de produtividade por trabalhador foram marginalmente melhores”.²

Nosso objetivo aqui é analisar a experiência do agronegócio, que em contraste com a indústria e outros setores, vem crescendo vigorosamente, mesmo na crise. A questão é saber por que isto ocorre e que lições poderão se tirar frente ao melancólico desenvolvimento manufatureiro.

Este trabalho está organizado da seguinte forma. Após esta introdução, mostramos como tem evoluído a produtividade setorial nos últimos anos. Na terceira parte, buscamos entender o sucesso do agronegócio brasileiro e sua agenda para o futuro. Finalmente, na quarta parte, fazemos uma comparação com a indústria, chamando a atenção para suas diferentes estratégias e resultados, bastante divergentes.

2. A produtividade por setores

A modéstia do crescimento da produtividade agregada no Brasil esconde diferentes comportamentos. Conhecê-los com algum detalhe avança no entendimento do porquê andamos tão devagar. A melhor forma, se não a única, de prosseguir é analisar a evolução da produtividade do trabalho por setores, ao longo do tempo. Como não existem séries consistentes de capital, não se pode calcular a Produtividade Total dos Fatores por segmento.³

A base de dados que utilizamos resulta de um cuidadoso trabalho realizado pela FGV⁴ e que me foi disponibilizado por Samuel Pessoa, a quem agradeço. Cobre o período de 1995 a 2015.

2 Frischtak, C. R. – Reforma ou Estagnação: por uma nova política industrial, XXIX Fórum Nacional, Rio de Janeiro, 2017.

3 Entretanto, Regis Bonelli mostrou grande sincronia entre a PTF e a produtividade do trabalho. (Ver Bonelli, R., - Contabilizando o Futuro: o Brasil na armadilha do lento crescimento, Casa das Garças, Rio de Janeiro, 2017).

4 Fernando Veloso, Sílvia Matos, Bernardo Coelho – Produtividade do Trabalho no Brasil: uma análise setorial, FGV, Rio de Janeiro, 2015.

Apresentamos, na Tabela 1, o comportamento dos três grandes segmentos da economia: agropecuária, indústria e serviços, bem como, a do Brasil como um todo. Os números são as taxas anuais de expansão. Colocamos também os pesos na formação do PIB para 2016.

Tabela 1 – Taxa anual de crescimento da produtividade do trabalho (1995 – 2015), total e setores.

SERVIÇOS	TAXA	% DO PIB
Agropecuária	5.4	5.5
Indústria	-0.8	21.2
Serviços	0.3	73.2
Total	0.9	

Os resultados espantam. A produtividade do trabalho para o Brasil como um todo cresceu 0,9% ao ano, número bastante modesto, como já mencionado. Os serviços, que agora respondem por nada menos que 73% do PIB, apresentam uma evolução medíocre, crescendo apenas 0,3% a.a., nos últimos 20 anos. Entretanto, o pior caso é o da indústria, que mostra uma incrível queda da produtividade de 0,8% a.a., apesar dos inúmeros programas de política industrial, especialmente abundantes após 2004.

Finalmente, e em absoluto contraste com outros segmentos, a agropecuária mostra um robusto crescimento na produtividade, de 5,4% a.a. Na verdade, este movimento vem de muito antes do período aqui considerado, embora tenha se intensificado após 1990, com a liberação da política comercial e certa desregulação setorial, especialmente nas áreas de cana, café e leite.

Como a indústria e serviços compreendem muitos subsectores, mostramos na Tabela 2 os dados mais desagregados. A indústria é composta pelos setores de extrativa mineral, transformação, construção e serviços de utilidade pública (eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana).

Os serviços, por sua vez, são decompostos em comércio, transportes (que inclui armazenamento e correio), serviços de informação (que inclui telefonia, tecnologia da informação, jornais e revistas), intermediação financeira e seguros, outros serviços (que inclui os profissionais, segurança, turismo e alojamento). E, finalmente, administração, educação e saúde públicas. Não incluímos aqui os serviços imobiliários e aluguel, uma vez que os valores são essencialmente imputados, não tendo muito significado para os fins deste trabalho.

Tabela 2 - Taxas de crescimento da produtividade do trabalho (1995 - 2015), dos subsetores da indústria e dos serviços.

INDÚSTRIA	TAXA	% DO PIB
Extrativa mineral	4.0	1.0
Transformação	- 1.2	11.7
Construção	- 1.0	5.6
SIUP ⁵	2.3	2.9
SERVIÇOS	TAXA	% DO PIB
Comércio	- 0.1	12.5
Transportes	- 0.7	4.4
Serviços de Informação	0.2	3.1
Intermediação Financeira	2.5	8.3
Outros serviços	0.0	17.0
Adm., Educação e Saúde pública	0.0	17.5

O que mais chama a atenção na Tabela 2 é a grande variância dos resultados setoriais, do melhor ao pior. Como pode se observar, temos quatro subsetores em que eles são positivos ao longo do período analisado: agropecuária, extrativa mineral, serviços de utilidade pública e intermediação financeira. O grupo que cresce, infelizmente, afeta a menor parte do PIB, 20,8% com os pesos atuais.

Há um segundo bloco, no qual a produtividade está estagnada ao longo de todo o período, incluindo administração pública e outros serviços. Estes dois setores têm peso forte no PIB: 34,5%.

Entretanto, o pior grupo é aquele com evolução negativa e, infelizmente, compreende setores decisivos para o desenvolvimento econômico. São eles: indústria de transformação, construção civil, comércio e logística. O peso desses grupos é equivalente ao daqueles cuja produtividade não cresce. Não é, pois, de surpreender, o modesto resultado do crescimento no período.

Não se pretende aqui fazer análises detalhadas desses segmentos, naturalmente, mas é perfeitamente possível levantar rapidamente algumas hipóteses que se candidatam a explicar os resultados.

Começemos pelos setores com resultados negativos. Temos aí três segmentos de bens não comercializáveis e a indústria de transformação. Neste último caso, existe razoável consenso de que o fraco desempenho da produtividade (-1.2% a.a.) tem, antes de tudo, a ver com o fechamento da economia, como analisa neste Fórum, Claudio Frischtak. Ademais, sempre

⁵ SIUP: Serviços Industriais de Utilidade Pública. Compreende eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana.

se buscou compensar as restrições macroeconômicas e de ambiente de negócios com crédito subsidiado e benesses fiscais, o que se mostrou um grande fiasco. O resultado tem sido um encolhimento do setor, com acentuada queda na produtividade.

O segundo segmento com desempenho fortemente negativo é a construção, na qual a produtividade do trabalho caiu 1% a.a. em média nestes 20 anos. No mundo inteiro a construção civil avança pela industrialização da produção, isto é, a edificação é essencialmente montada no local, mas um enorme grupo de conjuntos e peças é produzido em indústrias próprias. Isto praticamente inexiste no país, onde a construção é quase artesanal. Com isto, o desperdício de material e o tempo dispendido na obra são grandes. Pior ainda, há uma aguda escassez de mão de obra especializada, como marceneiros, azulejistas, pintores, etc. É muito comum que as construtoras tenham que organizar cursos de alfabetização na obra. Como simultaneamente os salários reais vêm crescendo, resulta em que em muitos lugares leva-se mais tempo hoje para construir um edifício do que anos atrás e, frequentemente, a tentativa de redução de custos só acontece com uma piora na qualidade da construção.

O terceiro grupo com maus resultados é o de logística. O subinvestimento, as limitações da manutenção das estradas e a grande corrupção no setor, que implicam em atrasos e má qualidade das obras, parece suficiente para explicar a queda persistente na produtividade. Apenas no estado de São Paulo existe uma rede de estradas decentes e, não sem surpresa, quase todas são concessões à iniciativa privada. Dentro desse segmento está os Correios, semidestruído pela digitalização da comunicação e pela péssima qualidade de gestão dos últimos anos.

Finalmente, vem o comércio, no qual a produtividade caiu, embora lentamente. O que se percebe aqui é a modéstia das inovações, em particular do comércio eletrônico, que ainda representa uma fração mínima das vendas. Existem alterações nos modelos de negócio (menos hipermercados, depois da baixa da inflação, e o aparecimento do chamado atacarejo e das lojas de bairro), mas que não modificam o cenário geral.

O segundo grupo de setores a considerar é aquele em que a estagnação total da produtividade é a marca. Temos aqui o setor público e outros serviços. No caso do setor público não é preciso gastar muitas linhas para lembrar que o governo não só inchou extraordinariamente em todos os níveis, nos últimos anos, como continua prestando serviços de baixa qualidade. Basta pensar em educação e saúde, bem como, na exiguidade do chamado governo digital. Neste caso, o melhor exemplo que conheço é a digitalização na marcação de consultas do sistema de seguridade, no qual a fila física na rua foi transformada numa fila digital, sem que os serviços efetivos sejam prestados com mais proficiência.

Finalmente, vale mencionar os segmentos com crescimento da produtividade. O agronegócio é o que apresenta a taxa de expansão mais acelerada, e dele falaremos mais adiante. Mas, vale observar que o segundo segmento, a indústria extrativa mineral, também mostra uma expansão bastante forte de 4% a.a. O mais relevante aqui são os casos do petróleo e do minério de ferro. Em ambos é bem documentado o crescimento de produtividade: a Petrobras caminhou aceleradamente para a bem-sucedida exploração de petróleo em águas profundas,

com todas as novidades técnicas aí envolvidas. Basta olhar a redução de custos e do tempo de perfuração dos poços na área do pré-sal. Em minério, a Vale avançou muito na exploração em Carajás, incluindo aí os gastos para a nova mina SD11. O mesmo se aplica para o seu sistema logístico.

Tanto em petróleo, quanto em minérios, a produtividade cresceu pela competência em inovar e criar conhecimento, de sorte a adaptar investimentos às condições locais. Os efeitos negativos da roubalheira e dos projetos mal feitos na Petrobrás não foram suficientes para erodir a expansão da produtividade, embora tenham tido efeitos financeiros extremamente danosos na companhia.

É o mesmo processo que ocorreu na agropecuária, gerando o curioso resultado de que a exploração de recursos naturais, ao invés de maldita, se transformou num grande volume de riquezas sustentáveis, mesmo em períodos de baixa de preços internacionais e dos Termos de Troca.

Os outros dois segmentos com desempenho positivo são não comercializáveis internacionalmente. Bancos e seguros também são exemplos nos quais, a despeito da entrada de concorrência internacional, foi possível desenvolver tecnologia e inovações para digitalizar o setor, elevando a produtividade. Este processo de inovação, da mesma forma que os anteriores, é um processo contínuo, autoalimentado e hoje irrigado pela ideia do banco 100% digital e pelo elevado número de novas empresas de base tecnológicas, denominadas Fintechs.

A última área com expressivo crescimento médio de produtividade (2.3% a.a.) é a dos serviços industriais de utilidade pública. Embora não conheça estudos organizados sobre o segmento, parece-me que a elevação da escala pode ser uma possibilidade explicativa deste resultado.

3. Agropecuária e agronegócio: razões do sucesso

Define-se a agropecuária como composta pelos estabelecimentos que se dedicam à produção agrícola, pecuária e florestal. O agronegócio refere-se à cadeia produtiva como um todo, cadeia longa, que vai do segmento de insumos e serviços à produção até os processadores industriais, atividades de logística e distribuidores para os mercados interno e de exportações. Estima-se que, hoje, o agronegócio represente algo como 22-24% do PIB, embora a agropecuária seja da ordem de 5.5%.

A trajetória de sucesso é bem documentada e pode ser, sumariamente, descrita desta forma: A produção e a produtividade agrícolas cresceram muito nas últimas décadas. O suficiente para atender, com folga, os mercados internos e externos.

No caso do mercado interno, a forma mais simples de olhar o resultado está no Gráfico 1. O preço da comida caiu muito no Brasil, aproximadamente 5% a.a. em termos reais de 1975 a 2005. A melhora no sistema de distribuição, especialmente devida à expansão dos supermercados, também contribuiu para o resultado.

Gráfico 1 - Queda no preço dos alimentos

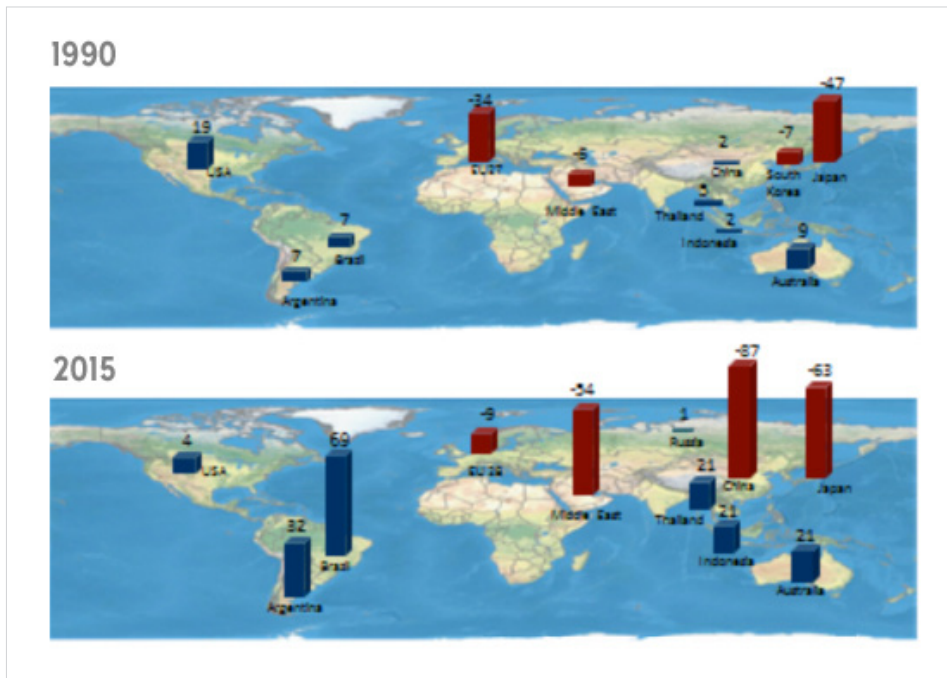


Fonte: FIPE

Na verdade, antes do Bolsa Família e da recuperação do valor do salário mínimo, veio do agronegócio a grande fonte de melhoria do padrão de vida das camadas mais pobres da população. Foi também a base da consolidação de um mercado de massa no Brasil, pois reduzindo-se os gastos em alimentos, para o mesmo orçamento, sobram recursos para compra de bens industriais.

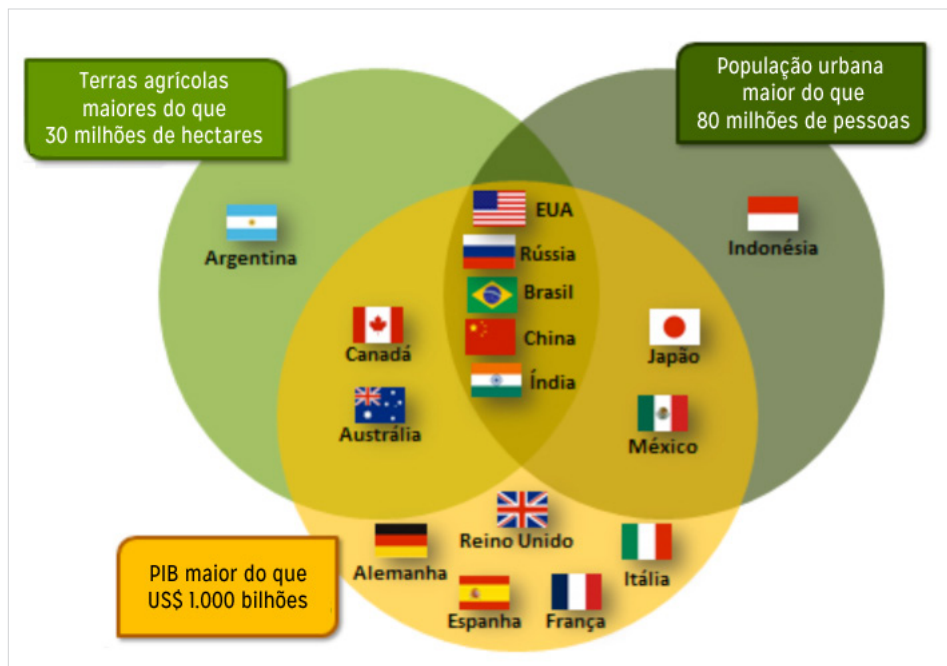
No caso do mercado externo, o país passou a ser um grande fornecedor, como se vê com facilidade no Gráfico 2. Na realidade, hoje, o país disputa arduamente com os EUA a posição de “player” mais importante no suprimento global (Gráfico 3) e isto deve continuar.

Gráfico 2 - Balança agrícola: déficits e superávits



Fonte: WTC

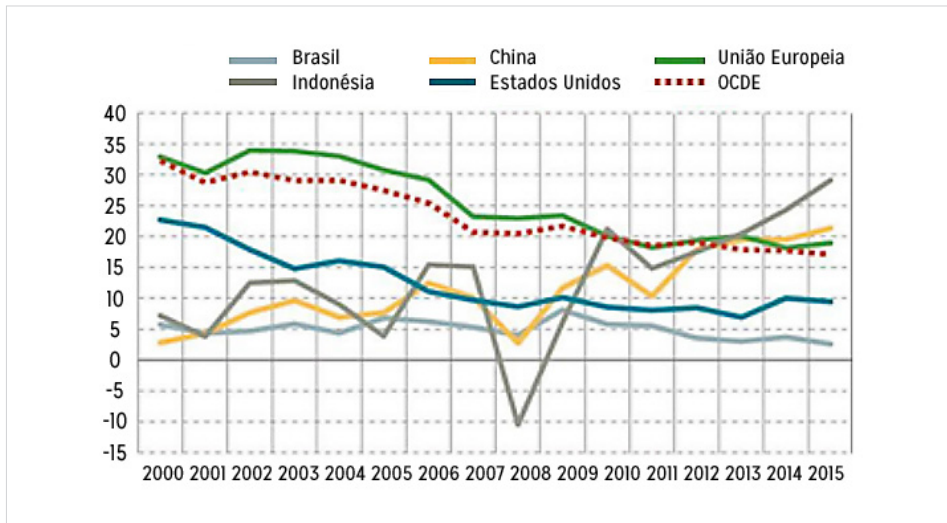
Gráfico 3 - Brasil e a agricultura mundial



Fonte: MB Associados

O argumento do sucesso do agronegócio no Brasil fica mais sólido se observarmos que os resultados ocorrem num contexto de modestos incentivos governamentais. Como se vê no Gráfico 4, os cálculos da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) revelam que o suporte ao setor no Brasil é da ordem de 3% da receita bruta da agricultura (fundamentalmente decorrente do crédito derivado dos depósitos à vista do sistema bancário, a chamada exigibilidade). Para comparar, esses números são de 10% para os EUA, 18% para a Europa e 23% para a China.

Gráfico 4 - Apoio ao produtor agrícola



Fonte: OCDE

O Brasil ficou grande no mercado por conta de sua competitividade, sem subsídios.

Entender por que, é o que tentaremos agora.

Quais os fatores que permitiram esse processo:

1. Terra abundante, sol e água, que possibilitam alta produção de biomassa.
2. Sobre esta base, desenvolveram-se instituições públicas, estaduais e federais, escolas e unidades de pesquisa e extensão, que desde há muitas décadas desenvolvem tecnologia. A criação da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) foi o coroamento desta evolução. Mais recentemente, instituições privadas também participam do esforço. Vale dizer que a Universidade tem forte ligação com produtores, cooperativas e seus problemas. Isto é diferente de muitas outras áreas universitárias, que fazem questão de se fechar ao resto do mundo.

3. Muitas tecnologias foram e continuam a ser criadas. Além dos melhoramentos de plantas e animais, três foram fundamentais para entender o Brasil de hoje: o pacote de abertura de áreas do cerrado no Brasil central, o plantio direto na palha e a integração lavoura, pecuária e floresta. Tornou-se possível plantar duas ou três vezes por ano na mesma área, uma evidente redução de custos.
4. Estas práticas também são sustentáveis, especialmente o plantio direto e os sistemas integrados de produção.
5. Com a devida tecnologia foi possível desenvolver uma agricultura em larga escala e uma produção muito diversificada. Hoje, precisamos apenas importar trigo para completar o atendimento do consumo doméstico.
6. Ao contrário do resto do mundo, onde a agricultura é cada vez mais uma atividade de gente madura, no Brasil existe boa gestão rural com a participação de grande número de jovens.

O resultado foi o desenvolvimento de uma agricultura competitiva, sustentável, que atende satisfatoriamente mercados locais e externos e que tem na contínua melhoria técnica, na eficiência produtiva e na qualidade da produção o centro do seu modelo de negócios. Por exemplo, na safra 2016/2017 que está sendo colhida, a produtividade da soja está dando um salto de 10%, passando de 50 para 55 sacos por hectare. Em poucos anos, isto irá para 60 sacos.

É importante notar que o setor cresce mesmo quando os Termos de Troca são menos favoráveis. Isto porque nas fases de melhores preços externos, o bônus se transforma em investimento e novas tecnologias, de sorte a que o agronegócio pode seguir em frente, mesmo com preços menos favoráveis mais adiante.

Ademais, a direção do progresso técnico já está dada: além do avanço da integração lavoura/pecuária/floresta (que já cobre 11 milhões de hectares) estamos iniciando a utilização da agricultura de precisão, decorrente da crescente digitalização do setor e da criação de várias empresas (“startups”) de tecnologia avançada. Esta denominação envolve um conjunto de técnicas em desenvolvimento e implantação que permitirão outro salto na produtividade.⁶

A trajetória do agronegócio não está isenta de problemas, alguns bem antigos e conhecidos: a precariedade da logística, (que está sempre muito atrás do crescimento da produção), a lentidão no licenciamento de novos produtos (por razões burocráticas e ideológicas), certa insegurança jurídica (como a demarcação de terras indígenas em algumas localidades), a modéstia da política comercial externa, apenas muito recentemente revertida.

Um último desafio não resolvido é a fragilidade do Nordeste semiárido em relação à seca.

6 Para maiores detalhes, ver Mendonça de Barros, J. R., *Agropecuária: lições de sucesso e a construção da nova fase de desenvolvimento*, in Giambiagi, F. (Ed), *Retomada do Crescimento e Recuperação das Perspectivas*, Ed. Campus, Rio de Janeiro, 2017.

Embora seja verdade que a situação dos últimos anos tem sido excepcional, e que transferências de renda e distribuição de água em caminhões tenham evitado a saída em massa da população, não é menos verdade que coisas simples, como a generalização do uso de cisternas de coleta de água de chuva e outras técnicas de defesa (produção de palma, por exemplo), ainda sejam tão limitadas. Prova disso é que mais de 40% do estoque de animais morreu ou teve que ser vendido para outras regiões, uma irrecuperável perda de capital numa região tão pobre.

Mais recentemente, a chamada “Operação Carne Fraca” revelou graves problemas de governança pública e privada, mostrando corrupção nas relações entre certas empresas e a inspeção sanitária, embora totalmente equivocada por levantar uma infundada e irresponsável crítica à qualidade das carnes brasileiras como um todo. Um setor que produz bilhões de reais e dólares e que exporta para o mundo inteiro não pode permitir tal comportamento. Da mesma forma, é inaceitável que duas empresas globais tenham mostrado tal leniência com as regras de “*compliance*” numa área tão sensível, como a de alimentos.

Naturalmente, a observação acima vale para o Brasil como um todo, pois não iremos nos desenvolver se não formos capazes de dar um salto na governança do setor público e das empresas privadas.

Finalmente, novos desafios entram na agenda. Mencionamos aqui quatro áreas: é preciso que se avance mais na agenda de sustentabilidade (como completar a regularização das áreas de reserva e o replantio de matas ciliares), melhoras mais significativas na gestão da água (desde a proteção às nascentes, até o manejo multiuso de áreas e represas), embora aqui, a questão vá muito além do agronegócio. Também são necessários avanços na chamada Agricultura de Baixo Carbono. Finalmente, é preciso mais atenção para propriedades e regiões que acabaram por ficar à margem deste processo de modernização e crescimento, e que vai muito além do semiárido nordestino. Em muitos casos será necessária, inclusive, a expansão do conceito de produção de serviços ambientais, incluindo o turismo rural.

Queria mencionar o que é para mim o maior desafio da agenda do futuro. Falo da criação de valor na cadeia produtiva, resultante do desenvolvimento de novos produtos e de novos usos. Este movimento vai estender, ainda mais, a cadeia do agronegócio, resultando crescentemente em complexos industriais, ao lado de terras agrícolas em regiões de custo baixo de produção, como o Brasil.

Das fontes de matérias-primas disponíveis, duas são mais relevantes, com projetos já instalados, em desenvolvimento ou em pesquisa nas áreas de bio e nano tecnologias. Falo aqui da cana de açúcar e da celulose.

O caso da cana é o mais avançado, já que começou com a consolidação do etanol como combustível e do aproveitamento do bagaço de cana para a produção de energia, após a otimização da queima pela utilização de caldeiras com alta pressão. Em que pese a redução recente dos leilões de biomassa, o fato é que as usinas que melhor passaram pela crise atual da economia brasileira foram as que tinham as três principais linhas de produção: açúcar, etanol e energia.

Entretanto, uma imensa janela se abre com novos produtos produzidos por enzimas e leveduras, em tratamento do caldo, como o que já ocorre na planta da Amyris, em Brotas (Usina Paraíso) ou na Biorigin, do Grupo Zillo, ambas no estado de São Paulo. Por estes processos pode se produzir bioplásticos, componentes para fragrâncias e cosméticos, solventes e adesivos, produtos para indústria alimentícia (suplementos, aromatizantes, flavorizantes e vitaminas), biodiesel e lubrificantes.

Na mesma direção, vai o avanço na área de nano celulose. Este é um produto com boas características: resistente, leve, altamente absorvente, renovável e biodegradável. Além de melhorias na aplicação tradicional de diferentes tipos de papeis, da nano celulose pode se criar valor pela produção de compósitos plásticos (mercado enorme, basta pensar no setor automotivo), fibras têxteis (tipo elastano), além de aplicações na área de cimento, tintas e muitas outras.

Como já mencionado, estes complexos industriais têm que se localizar ao lado da matéria-prima, resultando numa integração agricultura/indústria totalmente diversa da tradicional visão agricultura x indústria.

Cana e floresta representam os mais importantes casos de criação de valor através de novos produtos e técnicas. Mas, o mesmo acontece em outras áreas, como a soja, na qual o número de subprodutos não para de crescer.

Finalmente, a criação de valor é cada vez mais buscada pela melhoria nas qualidades de produtos de consumo final. Basta uma ida ao supermercado para observar a variedade de ofertas que têm por base o leite e o café, por exemplo.

Em resumo, o agronegócio é hoje o único setor relevante da economia brasileira a ter o centro de seu modelo de negócios baseado no aumento de produtividade. Isto foi possível pela sistemática utilização da ciência no desenvolvimento de novas tecnologias, aprimoradas pela contínua interação com o sistema produtivo. Ademais, a inserção internacional e a expansão das exportações adicionam informações e pressão para que a produtividade siga crescendo de forma a manter a competitividade.

O sucesso desse sistema acabou por tornar a melhoria tecnológica endógena, isto é, as novas necessidades do setor são rapidamente traduzidas na agenda de pesquisa do sistema, inclusive dos fornecedores de insumos. Cada vez mais a agricultura, parte da indústria e dos serviços estão totalmente interligados.

4. Agricultura x Indústria: diferentes estratégias, diferentes resultados

As sessões anteriores buscaram evidenciar o porquê do sucesso recorrente da agricultura e do agronegócio no Brasil. Seu rumo não poderia ser mais diferente do que o seguido pelo grosso

da indústria. Esta, como é fartamente documentada, opera debaixo de forte proteção em relação às importações e demanda inúmeros favores fiscais, subsídios e proteção regulatória o tempo todo.

Pouco se escuta, como se sabe, de esforços organizados para melhor desenvolver a produção. A própria EMBRAPPII (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial), êmula industrial da EMBRAPA, foi criada muito recentemente. Outro exemplo gritante está no Inovar Auto, o grande programa de incentivo ao setor automotivo, que praticamente não tocou na questão da eficiência dos motores, tendo em vista a redução do consumo. O que mais se escuta dos órgãos de representação setorial é um rosário de queixas e demandas do setor público, e isto já vem de muito tempo. Não é, pois, de surpreender com o fraco desempenho industrial, com as exceções de praxe, especialmente nos últimos dez anos, quando a política de campeões nacionais foi levada ao extremo e fracassou redondamente.

A tragédia da indústria naval talvez seja o mais acabado exemplo no que se transformou a política industrial: criar uma demanda irrealista por plataformas via Sete Brasil, colocar estaleiros em locais onde nunca existiu atividade do setor, com baixa disponibilidade de mão de obra mais básica (soldadores e outros) e gerenciados por empresas de construção sem experiência industrial foi uma temeridade que nos saiu muito mal.

É preciso, pois, recomeçar, por arejar ideias e a envelhecida liderança industrial, bem como a política de governo, para que a manufatura possa retomar protagonismo. Neste sentido, a experiência do agro deve ser objeto de profunda reflexão.



Brazil and Latin America¹



Leslie Bethell

Emeritus professor of Latin American history and former director of the Institute of Latin American Studies, University of London and founding director of the Centre for Brazilian Studies, University of Oxford.

I

It has been the conventional wisdom of the past several decades – since the publication of John Leddy Phelan’s influential essay, ‘Pan-Latinism, French intervention in Mexico (1861-7) and the genesis of the idea of Latin America’ in 1968² – that ‘Latin America’ was originally a French concept, ‘l’Amérique latine’, used by French intellectuals to justify French imperialism in Mexico under Napoleon III. There existed, the French argued, a linguistic and cultural affinity, a unity, of ‘Latin’ peoples for whom France was the natural leader and inspiration (and their defender against Anglo-Saxon, mainly US, influence and, ultimately, domination). The idea of a ‘race latine’, different from the Anglo-Saxon ‘race’, was first conceptualised in *Lettres sur l’Amérique du Nord* (2 vols, Paris 1836) by Michel Chevalier

¹ This article previously appeared in: *Journal of Latin American Studies*, vol. 42/3, August 2010, pp. 457-485.

Earlier version in Portuguese: *Estudos Históricos* [CPDOC, Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro], vol. 44 December 2009, pp. 289-321.

Spanish translation: *Prismas. Revista de historia intelectual* [Universidad Nacional de Quilmas, Buenos Aires], no. 16, 2012, pp. 53-78.

Spanish translation, revised and expanded: *Istor. Revista de historia internacional* [Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), Mexico City], Año XVII, no. 67 Winter, 2016, pp. 109-145.

Chinese translation, *Journal of Latin American Studies* (Institute of Latin American Studies, Chinese Academy of Social Sciences), forthcoming.

² John Leddy Phelan, ‘Pan-Latinism, French intervention in Mexico (1861-7) and the genesis of the idea of Latin America’, in Juan A. Ortega y Medina (ed.), *Conciencia y autenticidad históricas: escritas en homenaje a Edmundo O’Gorman* (Mexico City, UNAM, 1968), pp. 279-98.

(1806-1877). After a lengthy stay in the United States (1833-5), in the footsteps of Alexis de Tocqueville, Chevalier had visited Mexico and Cuba. He later became a prominent member of the College de France, the Council of State and the Senate - and a close adviser to Napoleon III. He was the principal apologist for French intervention in Mexico in 1861 in, for example, the articles he wrote for the *Revue de deux mondes* (1862) and in *Le Mexique ancien et moderne* (1863).³ But the first use of the expression 'l'Amérique latine' known to Phelan was by L.M. Tisserand in an article 'Situation de la latinité', published in the *Revue des races latines* (January 1861).

In fact, a number of Spanish American writers and intellectuals, many of them, it is true, resident in Paris, had used the expression 'América latina' several years earlier. For its very first use there are three principal candidates: José Maria Torres Caicedo, Colombian journalist, poet and critic (1830-89), Francisco Bilbao, Chilean socialist intellectual (1823-1865) and Justo Arosemena, Panamanian/Colombian jurist, politician, sociologist and diplomat (1817-1896).

In 1856, Torres Caicedo wrote a long poem entitled 'Las dos Américas', which was published in *El Correo de Ultramar*, a Spanish language newspaper published in Paris, in February 1857. Along with several references to 'América del Sur' and 'América Española', and ending with a passionate call for the unity of the 'Pueblos del Sur' against 'América en el Norte', it included the lines:

*La raza de la América latina
Al frente tiene la sajona raza,
Enemiga mortal que ja amenaza
Su libertad destruir y su perdón.*

Torres Caicedo went on to publish *Bases para la formación de una Liga latino-americana* (Paris, 1861) and *Unión latinoamericana* (Paris, 1865). And in Paris in 1866, in an *homenaje* to the Argentine liberator José de San Martín, to whom all 'latinoamericanos' owed a profound debt, he declared: 'Para mí, colombiano, que amo con entusiasmo mi noble patria, existe una patria mas grande – la América latina'.⁴ Bilbao organised a *Movimiento*

³ See Guy Martinière, 'Michel Chevalier et la latinité de l'Amérique', *Revista NEIBA. Cadernos Argentina-Brasil III/I*, Nov. 2014.

⁴ See Arturo Ardao, 'La idea de Latinoamérica', *Marcha* (Montevideo), 27 November 1965; *Génesis de la idea y el nombre de América Latina* (Caracas, 1980). Since the publication of Ardao's *Génesis*, there have been a number of articles on this subject worthy of note: for example, Juan Carlos Torchia Estrada, "'América Latina': origen de un nombre y una idea', *Inter-American Review of Bibliography*, 32/1, 1982 [a lengthy review of Ardao]; Monica Quijada, 'Sobre el origen y difusión del nombre "América Latina". O una variación heterodoxa en torno al tema de la construcción social de la verdad', *Revista de Indias* 58, no. 214, September-December 1998; Paul Estrade, 'Del invento de "América Latina" en Paris por latinoamericanos (1856-1889)', in Jacques Maurice and Marie-Claire Zimmerman (eds), *Paris y el mundo ibérico e iberoamericano* (Université de Paris X-Nanterre, 1998); Hector H. Bruit, 'A invenção da América Latina', in *Anais eletrônicos do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisadores e Professores de História das Américas (ANPHLAC)*, Belo Horizonte, 2000. The concepts 'raza latina' and 'América Latina', as Walter Mignolo has reminded us in *The idea of Latin America* (Oxford, 2005), also served the purpose of emphasizing the common European roots of the 'white' post-colonial *criollo* elites of Spanish America which separated them from the mass of Indians, mestizos and blacks.

Social de los Pueblos de la América Meridional in Brussels in 1856 and in a speech in Paris to some thirty citizens belonging to ‘a casi todas las Repúblicas del Sur’ on 22 June 1856 offered his reflections on ‘la raza latinoamericana’ and ‘la unidad latinoamericana’. The speech was later published as a 32-page pamphlet: *Iniciativa de la América. Idea de un Congreso Federal de las repúblicas* (Paris, 1856).⁵ Liberal representative for the state of Panama in the Colombian Senate at the time, Arosemena referred to ‘América latina’ and ‘el interés latinoamericano’ in a speech in Bogotá on 20 July 1856, in articles published in *El Neogranadino*, 15 and 29 July 1856 (‘La cuestión americana i su importancia’) and later in *Estudios sobre la idea de una liga americana* (1864).⁶ A number of Spanish liberal intellectuals, for example, Emilio Castelar (1832-1899) and Francisco Pi y Margall (1824-1901), began to refer to ‘América latina’ at this time.⁷ Carlos Calvo, Argentine historian, diplomat and international lawyer (1824 – 1906), was probably the first to use the expression in academic works: *Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios y otros atos diplomáticos de todos los estados de la América Latina* (20 vols, Paris, 1862- 64) and *Anales históricos de la revolución de la América Latina desde el año 1808* (3 vols, Paris, 1864-67).

Despite the fragmentation of Spanish America into ten republics at the time of independence from Spain (by mid-century there were sixteen), Spanish American intellectuals and writers in the 1850s and 1860s sustained the idea (earlier advanced not only by Simón Bolívar but most notably by Andrés Bello) of a common Spanish American consciousness and identity that was stronger than local and regional ‘nationalisms’. And, like Michel Chevalier, they maintained that ‘América latina’ was fundamentally different from the United States, the ‘other’ America. Most importantly, they also felt that the United States was their enemy. The annexation of Texas in 1845, the Mexican War (1846-8), the Californian gold rush, US interest in an inter-oceanic route across the isthmus of Panama, the constant threats to occupy and annex Cuba and, especially, William Walker’s invasion of Nicaragua in 1855, all confirmed their belief that the United States could only fulfill its Manifest Destiny at the expense of ‘América latina’. In the 1860s, as a result of France’s intervention in Mexico in 1861 and Spain’s annexation of Santo Domingo 1861-5 and its wars with Peru (1864-6) and Chile (1865-6), France and Spain joined the United States as the enemy. It was for this reason that some Spanish Americans preferred to see themselves as part of América Española, Hispanoamérica or simply América del Sur rather than ‘América Latina’: for them ‘latinidad’ represented conservatism, anti-liberalism, anti-republicanism, Catholicism and, not least, ties to Latin Europe, that is to say, France and Spain.

5 See Miguel A. Rojas Mix, ‘Bilbao y el hallazgo de América latina: unión continental, socialista y libertaria’, *Cahiers du Monde Hispanique et Luso-Brasiliien – Caravelle* 46, 1986 and *Los cien nombres de América Latina* (San José, 1991).

6 See Aims McGuinness, ‘Searching for “Latin America”. *Race and sovereignty in the Americas in the 1850s*’, in Nancy P. Appelbaum, Anne S. Macpherson and Karin Alejandra Roseblatt (eds), *Race and nation in modern Latin America* (Chapel Hill and London, 2003) and *Path of empire. Panama and the California gold rush* (Ithaca and London, 2008), chapter 5, ‘U.S. empire and the boundaries of Latin America’.

7 See Arturo Ardao, *España en el origen del nombre América Latina* (Montevideo, 1992).

In the history of the emergence of the idea of a common Spanish American or Latin American identity in the middle decades of the nineteenth century, Argentina represents an interesting case apart. The post-independence generation of writers, political thinkers and liberal intellectuals there, the so-called Generation of '37, of whom Esteban Echeverría (1805-51), Juan Bautista Alberdi (1810-84) and Domingo Faustino Sarmiento (1811-1888) were the most prominent, regarded Argentina, and especially Buenos Aires, as the embodiment of *European* civilization in a predominantly barbarous Spanish American environment. They were influenced primarily by English, French and North American ideas and believed that Argentina had the potential to become South America's United States. For Alberdi the United States was 'the model of the universe', for Sarmiento 'the highest point of civilization thus far attained'. They had little interest in the rest of Spanish America, except when offering themselves as guides and mentors, and rarely, it seems, used the term 'América Latina'. Only the early 'nationalists', like Alberdi (after he distanced himself from Mitre and Sarmiento), Carlos Guido y Spano (for whom Argentina was one 'American state' among many 'sister republics'), José Hernández, and Olegario V. Andrade (author of the poem 'Atlántida: canto al porvenir de la raza latina en América' in the late 1870s), demonstrated what Nicolas Shumway described as 'unabashed – and for Argentina unusual – identification with the other countries of Spanish America'.⁸

The point to be emphasised here is that none of the Spanish American intellectuals and writers who first used the expression 'América Latina' (with the exception of Calvo), nor their French and Spanish counterparts, thought that it included Brazil. 'América Latina' was simply another name for America Española.

For their part, Brazilian writers and intellectuals, while conscious that Brazil shared with Spanish America a common Iberian and Catholic background, were also aware of what separated Brazil from Spanish America: geography, history (Portugal's long struggle to maintain its independence from Spain and the different colonial experiences of Portuguese America and Spanish America), above all language and culture and, not least, political institutions. Unlike Spanish America, Brazil had secured its independence relatively peacefully and had remained united under a monarchy.

Brazil was politically stable and 'civilised', in contrast to what Brazilians regarded as the violent, extremely unstable and 'barbarous' Spanish American republics. And in its literature, whether the poetry of Antônio Gonçalves Dias or the novels of José de Alencar, as well as in its art and music, Brazilian romanticism was different from that of Spanish America.⁹ Insofar as Brazilian writers and intellectuals thought about the world beyond

8 Nicolas Shumway, *The Invention of Argentina* (Berkeley and Los Angeles: University of California Press, 1991), p. 244.

9 See Gerald Martin, 'The literature, music and art of Latin America from independence to c. 1870', in Leslie Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, volume III From independence to c. 1870 (Cambridge: Cambridge University Press, 1985).

Brazil it was not to Spanish America they looked – they certainly did not see themselves as part of ‘América Latina’ - but to Europe, especially France and to a lesser extent Portugal, or in rare cases to America as a whole, including the United States. It was the common Indian heritage of the Americas that captured the imagination of, for example, Antônio Carlos Gomes in his opera *Il Guarany* (1870), Joaquim Manuel de Souza Andrade, o Sousândrade (1833-1902) in his dramatic poem about a legendary Colombian Indian, *O guesa errante*, written in New York in the 1870s, and Machado de Assis in *Americanas* (1875), his third published volume of poems.

Republican intellectuals were particularly attracted to the idea of America. The Republican Manifesto of 1870 famously concluded with the declaration: ‘We are part of *America* and we wish to be *Americans*. . . . in democratic solidarity with the *continent* to which we belong [Somos da América e queremos ser Americanos. . . . em solidariedade democrática com o continente que fazemos parte]’ (my italics). For Republicans, Brazil was ‘um país isolado’ separated from both the Spanish American republics and the United States by geography, history, language and culture, but also by slavery and, above all, by its monarchical form of government. Republicans felt that Brazil should become less politically – and culturally – isolated from Spanish America but, more importantly, from the United States.

II

During the early part of the 19th century, US politicians, President Thomas Jefferson and Senator Henry Clay in particular, had elaborated the idea of the ‘Western Hemisphere’, the idea that America and Europe, the New World and the Old, were different and that there existed a special relationship between the peoples and governments of the Americas, a shared American geography and history and shared American ideas of republicanism, liberty and democracy (sic).¹⁰ In his many conversations with his friend the Abbé Correa da Serra, who in 1816 was named minister of the United Kingdom of Portugal and Brazil, Jefferson included Brazil, not yet independent and not to become a republic until 1889, as a key element in his ‘American system’.¹¹ In December 1823, in what became known as the Monroe Doctrine, President James Monroe declared that the United States would not tolerate any extension of the European political system or any intervention by any European power ‘in any portion of this hemisphere’. George Canning, the British

¹⁰ See the classic study by Arthur P. Whitaker, *The Western Hemisphere idea: its rise and decline* (Ithaca, NY, 1954). On the name ‘America’ - from Amerigo Vespucci, the Florentine navigator, and its first use in a map of 1507 - to describe the landmass (or two landmasses joined at the isthmus of Panama) ‘discovered’ by Europeans at the end of the 15th and beginning of the 16th centuries, the classic work remains Edmundo O’Gorman, *La invención de América* (Mexico, 1958).

¹¹ See Kenneth Maxwell, *Naked tropics. Essays on empire and other rogues* (New York, 2003), chapter 8 ‘Why was Brazil different?’ and chapter 9 ‘The odd couple: Jefferson and the Abbé’.

Foreign Secretary, expressed some concern about 'the avowed pretension of the United States to put themselves at the head of a confederacy of all the Americas and to sway that confederation against Europe (Great Britain included)'.¹² John Quincy Adams, however, Monroe's Secretary of State and successor as president, while equally opposed to European influence in the Americas, had no interest in any 'American system', which included former Spanish and Portuguese colonies. They were not only Iberian and, worse, Catholic, but inherently unstable and degenerate, not least, he thought, because of their tropical climate. 'As to an American system' Adams wrote, 'we have it; we constitute the whole of it'. He had 'little expectation of any beneficial result to this country [the United States] from any future connection with them [the newly independent Spanish and Portuguese speaking countries], political or commercial'¹³ And for the next sixty years no US president showed much interest in the Western Hemisphere idea or indeed in any part of the hemisphere south of Panama.

Despite the fragmentation of Spanish America into ten republics at the time of independence from Spain (by mid-century there were sixteen), not only did Spanish American intellectuals and writers, notably Andrés Bello (1781-1865),¹⁴ sustain the idea of a common Spanish American consciousness and identity that was stronger than local and regional 'nationalisms', but Spanish American politicians, notably Simón Bolívar himself (most famously in the Jamaica Letter of 1815), had a vision of a confederation of Spanish American republics, forming a 'single nation'. In December 1824, Bolívar invited representatives of all the peoples and governments of America, except the United States, Haiti and Brazil, to a Congress in Panama 'to arrange our American affairs'. Thus, not only the United States, which Bolívar felt should be kept at arm's length, but Brazil was not initially invited to Panama.¹⁵ Brazil's language, history and culture were regarded as entirely foreign. Its economy and society were based on the slave trade and slavery which had been repudiated, if not yet entirely abolished, in most of the Spanish American republics. Moreover, Brazil remained part of the Europe Bolívar despised and feared, not least because it had maintained a monarchical system of government. Worse still, it called itself an Empire, and had imperialist ambitions in the Río de la Plata (the Banda Oriental of the Río Uruguay, which had been invaded by the Portuguese in 1816, now formed part of the Brazilian Empire) and possibly further afield. In Bolívar's view, Brazil constituted a threat to the sovereignty and independence of the Spanish American republics.

12 Quoted in D.A.G Waddell, 'International politics and Latin American independence', in Bethell (ed.), *The Cambridge History of Latin America*, vol. III, p. 219.

13 Quoted in Lars Schoultz, *Beneath the United States. A history of US policy toward Latin America* (Cambridge, MA, 1998), pp 10-11.

14 See Iván Jaksic, *Andrés Bello. Scholarship and Nation-Building in Nineteenth-Century Latin America* (Cambridge: Cambridge University Press, 2001). This excellent book, like Bello himself, chooses completely to ignore Brazil.

15 Brazil was later invited - by Vice-President Santander of Colombia - to send representatives to Panama, and two were eventually appointed. But the first never arrived and the second never even left Brazil. The United States was also invited late, but no US delegates attended the Congress.

The Panama Congress, June-July 1826, was a failure. Not all the Spanish American states sent delegates, and only Gran Colombia ratified the treaty of perpetual alliance. But the idea of a Bolivarian American confederation persisted, especially in view of the territorial expansion of the United States in Mexico, Central America and the Caribbean. The American conferences held in Lima (1847-8), Santiago de Chile (1856), Lima again (1864-5) and Caracas (1883: the centenary of Bolívar's birth), however, have to be counted as failures.¹⁶ Neither United States nor Brazil was invited to participate in these American conferences. '[Both] are tacitly considered as not belonging to the American community', wrote the Brazilian charge d'affaires in Santiago in May 1862, 'and consequently excluded from it or, at most, only tolerated'.¹⁷ For their part, the Brazilian governments of the Segundo Reinado (1840-89) did not identify with any of the various projects of its neighbours for inter-American unity. Brazil with its immense Atlantic coastline was firmly part of the Atlantic world, and its principal economic and political links were with Great Britain. And Brazil did not feel threatened by the United States, much less France and Spain.

Bilateral relations between Brazil and its Spanish American neighbours in what was referred to by Brazilian diplomats as 'América Espanhola', 'América Meridional' or simply 'América do Sul' were extremely limited, except in the Río de la Plata where Brazil fought three wars: the first against the United Provinces of the Río de la Plata for control of the Banda Oriental (which resulted in the independence of Uruguay), 1825-8; the second against the Argentine dictator Juan Manuel de Rosas, in alliance with the Argentine province of Entre Ríos and Uruguay, 1851-2; and the third against the Paraguayan dictator Francisco Solano López, in alliance with Argentina and Uruguay, the Paraguayan War (1864-70). Paulino Soares de Souza, Minister of Foreign Relations from 1849 to 1853, the first since the abdication of Emperor D. Pedro in 1831 to hold the post for more than a few months, initiated bilateral negotiations with a number of Pacific republics mainly with the aim of confirming existing frontiers based on the principle of *uti possidetis*, that is to say, the boundaries in South America generally recognized by Spain and Portugal under the Treaty of Madrid (1750). Brazil's position was that since it was already so vast it had no wish to expand at the expense of its neighbours; it wanted them simply to accept the status quo. Duarte da Ponte Ribeiro was sent on a mission to Chile, Peru and Bolivia, Miguel Maria Lisboa to Colombia, Ecuador and Venezuela. Treaties were signed with Peru in 1851 and Colombia in 1853, later with Venezuela (1859) and Bolivia (1867).¹⁸ After the War of the Pacific (1879-83), in which Chile fought and defeated Bolivia and

16 On the American conferences, see Aimer Granados García, 'Congresos e intelectuales en los inicios de un proyecto y de una conciencia continental latinoamericana, 1826-1860', in Aimer Granados García & Carlos Marichal (comps), *Construcción de las identidades latinoamericanas. Ensayos de historia intelectual* (siglos XIX y XX) (Mexico, D.F: El Colegio de México, 2004).

17 Luís Cláudio Villafañe G. Santos, *O Brasil entre a América e a Europa: o Império e o interamericanismo (Do Congresso do Panamá à Conferência de Washington)* (São Paulo, 2003), p. 97.

18 See Luís Cláudio Villafañe Gomes Santos, *O Império e as Repúblicas do Pacífico. As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889)* (Curitiba, 2002).

Peru, there was an informal understanding, though not an informal alliance as is sometimes suggested, between Chile and Brazil, which had remained neutral in the war, not least because both saw Argentina as their principal rival: Brazil would dominate the Atlantic coast of South America, including the Rio de la Plata, Chile the Pacific coast. With Mexico, Brazil's relations were virtually non-existent.¹⁹

When, on the other hand, politicians in the United States during the 1880s rediscovered the concept of the Western Hemisphere and invited the 17 Spanish American republics and the Brazilian Empire to join the United States at a conference in Washington with the aim of creating an informal alliance of the 'nations of America', Brazil readily accepted. The opening ceremony of the first International Conference of American States was held on 2 October 1889. On 15 November, three days before the first working session, Brazil proclaimed itself a republic. Marechal Deodoro da Fonseca, the head of the Provisional Government, appointed a prominent Republican, Quintino Bocaiúva, as Minister of Foreign Relations. Bocaiúva immediately replaced the head of the Brazilian delegation to the Washington conference with another prominent Republican, Salvador de Mendonça. Both Bocaiúva and Mendonça had been signatories of the Republican Manifesto of 1870, with its concluding declaration: 'We are part of America and we wish to be Americans'. At Washington, Brazil symbolically separated itself from Europe, the Old World, and finally joined America, the New World.²⁰

III

This section on Brazil's relations with the Spanish American republics and the United States 1889-1945 has been expanded in a later version of the article.

The late 19th and early 20th centuries witnessed the emergence of the United States as a regional power. Secretary of State Richard Olney's famous remark during the Venezuelan crisis of 1895 ('The United States is practically sovereign on this continent and its fiat is law upon the subjects to which it confines its interposition'), the war with Spain (1898) and the subsequent occupation of Cuba and Puerto Rico, the independence of Panama (1903), Theodore Roosevelt's Corollary to the Monroe Doctrine (December 1904), US intervention in the Dominican Republic (1905) and Mexico (1914-5) and US occupation of Nicaragua (1912 – until 1933), Haiti (1915 - until 1934) and the Dominican Republic (1916 - until 1924), all attested to the growing assertion of US hegemony in Mexico, Central America

¹⁹ See Guillermo Palacios, *Intimidades, Conflictos e Reconciliacones. Mexico y Brasil, 1822-1993* (Mexico, D.F., 2008).

²⁰ At the Exposition Universelle held in Paris in 1889, on the centenary of the French Revolution, *Le grand empire de l'Amérique du Sud* presented itself, and was treated, as an important nation, "civilized" and "progressive", to be compared with the United States of America. The principal objective of the Brazilian pavilion, and a 700 page book *Le Brésil en 1889*, was to demonstrate that '*pour être Américains du Sud, nous n'en sommes pas moins Américains*'.

and the Caribbean, if not yet in South America. At same time, the United States promoted the idea of pan-Americanism, and made a first attempt to institutionalise the idea of the Western Hemisphere, the Americas, separate from Europe, in a series of International Conferences of American States (usually referred to as Pan-American Conferences).²¹ The aim was to promote US trade and investment throughout the region, to create more orderly and predictable political structures in the countries to the South, and peacefully to assert US leadership in the Western Hemisphere, while at the same time deterring any lingering European imperialist ambitions there.

The governments of Spanish America generally reacted to this new US interest in the Hemisphere with suspicion and mistrust. They strongly condemned, in particular, the war with Spain and the establishment of the US protectorate in Cuba, the extension of the Monroe Doctrine and US interventions in Mexico, Central America and the Caribbean. They feared, with good reason, that pan-Americanism was simply a weapon with which to assert US economic and political hegemony for the further exploitation of the region. Brazil, however, which became a republic in 1889, sought to develop closer relations with the United States and was from the beginning an enthusiastic supporter of pan-Americanism.

The Brazilian governments of the First Republic (1889-1930), like the governments of the Empire, showed no great interest in 'os povos da língua espanhola', 'as nações latino-americanas', except for their (generally successful) efforts to resolve, by negotiation and, if necessary, arbitration, the frontier disputes with their immediate neighbours in South America, notably Argentina in 1895 and Bolivia (over Acre) in 1903, but also Colombia, Peru and Uruguay,²² and their (somewhat less successful) efforts to establish good relations with Argentina and Chile in the Southern Cone. Brazil preferred to underline its close relations with Europe, especially Britain and, to a lesser extent, Germany, and now increasingly with the United States. For Brazilians, there were two giants, though unequal giants no doubt, in the Western Hemisphere: the United States and Brazil. Both were continental in size; both had huge natural resources and economic potential; both were stable 'democracies' (sic); and both were, above all, different from América Espanhola/ América Latina. Brazil also recognized the great changes – geopolitical, economic and cultural – that were taking place in the world on the eve of the 20th century. US global hegemony would inevitably replace that of Britain and Europe more generally. It was in

21 The first International Conference of American States was held in Washington from October 1889 to April 1890. Subsequent Conferences were held in Mexico (1901-2), Rio de Janeiro (1906), Buenos Aires (1910), Santiago de Chile (1923), Havana (1928), Montevideo (1933) and Lima (1938) before the Second World War, Bogota (1948) and Caracas (1954) after the War.

22 On the settlement of Brazil's frontier disputes with its neighbours in South America, see Demétrio Magnoli, *O corpo da pátria: imaginação geográfica e política externa no Brasil, 1808-1912* (São Paulo, 1997); Synésio Sampaio Góes Filho, *Navegantes, bandeirantes, diplomatas: um ensaio sobre a formação das fronteiras do Brasil* (São Paulo, 1999) and 'Fronteiras: o estilo negociador do Barão do Rio Branco como paradigma da política exterior do Brasil', in Carlos Henrique Cardim and João Almino (eds), *Rio Branco, a América do Sul e a modernização do Brasil* (Brasília, 2002).

Brazil's interests to strengthen its ties with the United States. Here was the beginning of the americanização of Brazilian foreign policy, associated especially with the Barão do Rio Branco, Foreign Minister 1902-12, and Joaquim Nabuco, ambassador in Washington 1905-10.²³ The United States was regarded not only as offering the best defence against European imperialism (which for Brazil remained a greater threat than the US imperialism) but as providing order, peace and stability in Latin America, that is to say, in Spanish America. Brazilian governments, unlike most Spanish American governments, were not critical of the United States over the War with Spain, approved of the Roosevelt Corollary to Monroe Doctrine, turned a blind eye to the various US interventions in Mexico, Central America and the Caribbean and gave their full support to the United States at all the Pan-American Conferences.²⁴

In the First World War, Brazil alone among the leading countries of the region followed the United States in declaring war on Germany in 1917 (Mexico, Venezuela, Colombia, Chile and Argentina, for example, remained neutral throughout). Brazil alone, with the support of the United States, was elected a non-permanent member of the Council of the League of Nations. After its withdrawal from the League in 1926, Brazil focussed even more on its relations with the United States, which had by now replaced Britain as Brazil's principal commercial partner (that is to say, the principal supplier of manufactured and capital goods to Brazil – the United States had always been the major importer of coffee, Brazil's principal export) and which was challenging Britain as Brazil's principal source of capital, both portfolio and direct. During the 1930s, despite some interest in the new Germany, the relationship with the United States remained the central pillar of Brazilian foreign policy. And during the Second World War, Brazil was for the United States by far the most strategically important of its southern neighbours, providing air bases in Belem, Natal and Recife for the war in north Africa, supplying rubber and a wide range of minerals crucial to the war effort, and finally sending a Força Expedicionária Brasileira (FEB) of some 25,000 troops to join the Allied forces in Italy.

IV

In the period from the 1880s to the Second World War, Spanish American intellectuals were generally hostile to the United States, to US imperialism, to US culture - and to Pan-Americanism. The catalyst was undoubtedly Cuba and the Spanish-American War of 1898.²⁵ The idea of two Americas – on the one hand, the United States, and on the other, Spanish

23 On Nabuco's (and Rio Branco's) views on Brazil's relations with Spanish America and the United States, see Leslie Bethell, *Joaquim Nabuco no mundo. Abolicionista, jornalista e diplomata* (Rio de Janeiro: Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2016), chapter 4.

24 See Leslie Bethell, 'O Brasil e as Conferências Panamericanas', in Alzira Alves de Abreu (org), *Dicionário histórico-biográfico da Primeira República (1889-1930)* (Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2012).

25 See Monica Quijada, 'Latinos y anglosajones. El 98 en el fin de siglo sudamericano', *Hispania* (Madrid) LVIII/2, 196, May-August 1997.

America, Hispanoamérica, América Latina, now frequently called 'Nuestra América', which was different from, and superior to, Anglo-Saxon America (Anglo-Saxon utilitarianism and materialism was compared unfavourably to Latin humanism and idealism) - was developed further by Spanish Caribbean writers like Eugenio María de Hostos (Puerto Rico, 1839-1903) and, above all, José Martí (Cuba, 1853-1895) in his articles from Washington, 1889-90 and from New York, 1891-5, published in *La Revista Ilustrada* (New York), *El Partido Liberal* (México City) and *La Nación* (Buenos Aires).²⁶ But it is most evident in the writings of the Uruguayan José Enrique Rodó (1871-1917), whose *Ariel* (1900) and *Mirador de Próspero* (1913) had an enormous impact on an entire generation, and particularly the young, throughout Spanish America (*Ariel* was dedicated to 'the youth of America'). Rodó warned against 'el perigo yanque', which was social, cultural and moral even more than economic and political, and what he called 'nordomanía', which undermined 'el espíritu dos americanos latinos'.²⁷ Also widely-read was the Colombian José María Vargas Vila (1860-1933) whose *Ante los bárbaros*, first published in Rome in 1900 had many later, expanded editions with different subtitles (for example, *El yanqui, he ahí el enemigo*) before a definitive edition appeared in Barcelona in 1923.

For some Spanish American intellectuals of this generation it became more common, particularly once slavery had been abolished in Brazil in 1888 followed by the overthrow of the Empire in 1889, to point to the similarities between Brazil and Spanish America in, for example, culture, religion, political structures, law and racial mixture. And the term 'Iberoamérica' was frequently used to refer to both Spanish and Portuguese America. But, like their predecessors in the 1850s and 1860s, few showed any real interest in Brazil. A rare exception was Martín García Merou (1862-1905), Argentine minister in Brazil 1894-6, and later in the United States 1896-1905, who in 1897 wrote a series of articles on Brazilian intellectual, cultural and literary life for the journal *La Biblioteca* in Buenos Aires, which were later published as *El Brasil intelectual. Impresiones y notas literarias* (Buenos Aires, 1900). And the great majority continued to exclude Brazil from what they thought of as 'Nuestra América' or 'América Latina'. The classic studies of Spanish America's deficiencies by those, under the influence of social Darwinism, pessimistic about its future had, of course, nothing to say about Brazil.²⁸

26 See José Martí, *Nuestra América*, various editions. In English, *Inside the monster by José Martí: Writings on the United States and American Imperialism* ed. with an introduction by Philip S. Foner (New York, 1975) and *Our America by José Martí: Writings on Latin America and the struggle for Cuban independence* ed. with introduction by Philip S. Foner (New York, 1977). Also see Jean Lamore, *José Martí et l'Amérique* (2 vols, Paris, 1986-8).

27 On Rodó and his vision of a Latin American *magna patria*, see Robert Patrick Newcomb, *Nossa and Nuestra América, Inter-American Dialogues* West Lafayette, Indiana, Purdue University Press, 2012, Chapter 2.

28 See, for example, César Zumeta (Venezuela, 1860-1955) *El continente enfermo* (1899); Francisco Bulnes (Mexico, 1847-1924), *El porvenir de las naciones hispanoamericanas* (1899); Carlos Octavio Bunge (Argentina, 1875-1918), *Nuestra América* (1903); Alcides Arguedas (Bolivia, 1879-1946), *Pueblo enfermo* (1909). Francisco García Calderón (Peru, 1883-1953), *Les démocraties latines de l'Amérique* (1912; Eng. Trans. *Latin America: its rise and progress*, 1918), did include one chapter on Brazil, but a chapter of ten pages only. On García Calderón, see Alicia Gil Lázaro, 'Las señas de identidad de un escritor "ausente": América Latina y Perú en la pensamiento de Francisco García Calderón', García & Marichal, *Construcción de las identidades latino-americanas*, op. cit.

An Argentine, Manuel Baldomero Ugarte (1875-1951), was perhaps the first Spanish American intellectual specifically to make the case for the inclusion of Brazil in 'América Latina', 'la nación latinoamericana', 'la parte superior del continente', united in opposition to US imperialism. In his early writings, for example *El porvenir de América Latina. La raza, la integridad territorial y moral, la organización interior* (Valencia, 1910; 2nd ed. Mexico City, 1918), which in some editions appeared with the title *El porvenir de América Española*, and in his many speeches in Barcelona, Paris, New York, Mexico and throughout South America in the period 1910-17, published as *Mi campaña hispano-americana* (Barcelona, 1922), Ugarte's primary concern was Spanish America. A lecture he gave at Columbia University in July 1912 entitled 'The future of Latin America' (published in Spanish as 'Los pueblos del Sur ante el imperialismo norteamericano'), however, included references to Brazil. And in *El destino de un continente* (1923; Eng. trans. *The destiny of a continent*, New York, 1925), Ugarte argued that Brazil, was simply 'a special variant' of 'La Gran España' and must be considered and treated as 'an integral part our family of nations [América Latina]', all with their roots in the 'península Hispánica'. There could be no such thing, Ugarte insisted, as 'partial Latin Americanism'.²⁹

There was no great change in the attitude of most Spanish American intellectuals towards Brazil in the 1920s and 1930s. Víctor Raúl Haya de la Torre (Peru, 1895-1979) promoted the idea of 'Indoamérica' rather than 'América Latina' in, for example, *A donde va Indoamérica?* (1928), so as to include Spanish America's Indian populations as well as its mestizos and blacks. And José Carlos Mariátegui (Peru, 1895-1930) wrote about 'América Indo-Ibérica' in *Temas de nuestra América*, a collection of articles published between 1924 and 1928. But whether the preferred expression was Indoamérica, América Indo-Ibérica or América Latina, Brazil for the most part remained excluded.

Again, there were exceptions. José Vasconcelos (Mexico, 1882-1959), for example, in an essay 'El problema del Brasil' (1921), argued for the integration of such a future great country with the other republics of the Hemisphere. He headed the Mexican mission to Brazil for the celebration of the centenary of Brazilian independence in 1922, and his major work *La raza cosmica* (Barcelona, 1925) originated as the introduction to his report on his journey to Brazil (and Argentina), which he called, his 'misión de la raza ibero-americana'. The first and most famous chapter, 'El mestizaje', was inspired by what he learned of miscegenation in Brazil. A later work, *Bolivarismo y Monroismo: temas ibero-americanos* (Santiago de Chile, 1934), however, opens with the words: 'Llamaremos bolivarismo al ideal hispanoamericano de crear una federación con todos los pueblos de cultura española. Llamaremos monroismo al ideal anglosajon de incorporar las veinte naciones hispánicas al Imperio nordico, mediante la politica del panamericanismo'. He advocated 'México para los mexicanos, Hispanoamérica para los hispanoamericanos' and expressed his fear that Brazil was not on the

29 On Ugarte's ideas on 'América Latina', see Javier Moyano, 'El concepto de América Latina en el pensamiento de Manuel Ugarte y Deodoro Roca', in Granados García y Marichal, *Construcción de las identidades latinoamericanas*, op. cit. and Miguel Angel Barrios, *El latinoamericanismo en el pensamiento político de Manuel Ugarte* (Buenos Aires, 2007).

side of Spanish America against the United States and had its own expansionist/imperialist ambitions about which the countries of Spanish South America should be concerned. Vasconcelos was particularly outraged that Brazil had dedicated a prominent public building in Rio de Janeiro to US President Monroe.³⁰

José Vasconcelos had a great influence on another leading Mexican intellectual, Alfonso Reyes (1889-1959), who was named ambassador to Brazil in 1930. During the following six or seven years, Reyes wrote more than 50 perceptive essays on Brazilian literature and culture.³¹ Reyes was, however, another exception. Spanish American writers, literary critics and intellectuals in general continued to show little interest in Brazil. Spanish Americans focussed on their own national identities and cultures. Beyond this, their concern was Hispanic or Latin American culture, that is to say, Spanish American culture, separate and different from that of the United States – and of Brazil. An outstanding example is Pedro Henríquez Ureña (1884-1946), who was born in the Dominican Republic but spent much of his life in Mexico, Cuba and Argentina and whose later works included *Literary currents in Hispanic America* (Cambridge, MA, 1945), based on the Charles Eliot Norton lectures he delivered at Harvard in 1940-1, and *La história de la cultura en la América Hispánica* (Mexico, 1947), published after his death. Neither included Brazil.

V

The leading Brazilian intellectuals during the First Republic had markedly different attitudes to the United States and to pan-Americanism. And those who were predominantly hostile saw some advantage in solidarity and collaboration with Brazil's Spanish American neighbours. But despite a somewhat greater degree of interaction with their Spanish American counterparts and a greater awareness of the economic and political progress achieved by some Spanish American republics, especially Argentina, Uruguay and Chile, most viewed Spanish America in an overwhelmingly negative light. Few had any real interest in, and fewer still identified with América Latina, Nuestra América, Iberoamérica, much less Indoamérica.³²

30 The Palácio Monroe had been constructed for the third Pan American Conference held in Rio de Janeiro in 1906. From 1914 to 1922 it temporarily housed the Chamber of Deputies, and from 1922 to 1937 (when it was closed by Getúlio Vargas) and from 1946 to 1960 (when it transferred to Brasília) the Senate. It was demolished in 1976.

31 See Fred P. Ellison, *Alfonso Reyes e o Brasil. Um mexicano entre os cariocas* (Rio de Janeiro, 2002) and Newcomb, *Nossa and Nuestra América*, op. cit., chapter 4.

32 *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente* Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

In 'Brazil into Latin America: The demise of slavery and monarchy as transnational event', *Luso-Brazilian Review* (2010), Ori Preuss (University of Tel Aviv) argues, unconvincingly, that 'It was the cumulative effect of these two real and symbolic deaths [the abolition of slavery and the end of the empire] that would finally give birth to a Latin American consciousness in Brazil'. In *Bridging the island: Brazilians' views of Spanish America and themselves, 1888-1912* Frankfurt: Iberoamericana, 2011, he writes: 'By the first decade of the 20th century Brazilian elites [political and intellectual] had come to perceive themselves, to one extent or another, willingly or unwillingly, as Latin Americans'. Unfortunately, Preuss gives few examples of what he terms 'outright expressions of Latin Americanism'

In *A ilusão americana* (1893; 2nd ed. Paris 1895), Eduardo Prado (1860 - 1901) strongly condemned the territorial conquest and economic exploitation of Spanish America by the United States, its arrogant diplomacy, its use of military force. But he was also, as a monarchist, contemptuous of the Spanish American republics and skeptical of their capacity to unite against their common enemy. As for pan-Americanism, 'a fraternidade americana é uma mentira'. Prado was an early exponent of the idea of Brazil as 'uma imensa ilha', a continent in itself. He claimed to have been told by geologists that the Río de la Plata and the Amazon were once connected. In any event, Brazil was separated from the Spanish American republics by 'diversidade da origem e da língua', and 'nem o Brasil físico, nem o Brasil moral formam um sistema com aquelas nações'.

In *Panamericanismo* (Monroe, Bolivar, Roosevelt) (1907), based on articles written for *O Diário de Pernambuco* and *O Estado de São Paulo* during 1903-7, Manuel de Oliveira Lima (1867-1928) also opposed pan-Americanism, which he saw as an attempt to 'latinise Monroism' and promote US 'hegemonia hemisférica', and what he termed 'rooseveltismo' ('a edição última do monroismo'). But in *Impressões da América espanhola* (1907), based on articles, written mainly in Venezuela and Argentina, in *O Estado de São Paulo* during 1904-6, he also revealed a somewhat negative view of 'América Latina', 'os países latinos do continente'. And in *América latina e América inglesa: a evolução brasileira comparada com a hispano-americana e com a anglo-americana* (Livreria Garnier, s/d [1913]; Eng. trans. *The evolution of Brazil compared with that of Spanish and Anglo-Saxon America*, 1914), based on six lectures delivered at Stanford University in October 1912, he elaborated his view that Brazil and Spanish America were separate 'and frequently hostile' civilizations, although he argued the case for their collaboration against the United States. Very few Brazilian intellectuals spent much time in Spanish America. Oliveira Lima was in Argentina for almost seven months immediately after the First World War and published *Na Argentina* (*Impressões* 1918-19) in 1920.

In his correspondence with Rio Branco, Foreign Minister, and with various Brazilian intellectuals and friends while he was ambassador in Washington and, above all, in his lectures at US universities, Joaquim Nabuco (1849-1910) showed himself to be a great admirer of the United States and an enthusiastic supporter of pan-Americanism. For Nabuco, Eduardo Prado's *A ilusão americana*, was 'a little book which hurts us a great deal,' he wrote to José Pereira da Graça Aranha. '[It] entertains in the public spirit a mistrust of that country [the United States], our only possible ally'. There were two pathways that Brazil could follow, he wrote to Rio Branco, 'the American and the other, which I don't know whether to call Latin American, independent or solitary (*solitário*). For my part, I

by either Brazilian politicians or Brazilian intellectuals during the first years of the Republic. A more nuanced view can be found in Kátia Gerab Baggio, *A 'outra' América: A América Latina na visão dos intelectuais brasileiros das primeiras décadas republicanas*, unpublished doctoral thesis, Universidade de São Paulo, 1998, and several of her articles on this theme. See, for example, 'Brasil e Hispano-América: representações e trocas intelectuais', in Eliane de Freitas Dutra (org.), *O Brasil em dois tempos: história, pensamento social e tempo presente* (Belo Horizonte: Autêntica, 2013).

am frankly monroist (*francamente monroista*). 'In America (if it were not for any other reason than language, which isolates us from the rest of Ibero-America as it separates Portugal from Spain)', he wrote to Alexandre Barbosa Lima, 'we cannot hesitate between the United States and Spanish America'.³³ He viewed the ascendancy of the United States in the American continent as 'natural' and generally beneficial, a view that ended his friendship with Oliveira Lima, a fellow *pernambucano*. He was less than enthusiastic about Spanish America which, except for Chile, he saw as a region still characterized by anarchy, civil war and *caudillismo*, although in the interests of pan-Americanism an approximation between Brazil and Spanish America was essential.³⁴

Manoel Bomfim (1868-1932) offered, at least for a while, a discordant voice. In *A América Latina: males de origem* (1905), written in Paris in 1903, he criticised pan-Americanism, which for him simply meant 'dominação norteamericana'. But he was also critical of the predominantly negative view of Latin America (that is to say, Spanish America) in the United States and Europe. Latin America was generally portrayed as backward and barbarous in order, as he said, to facilitate its domination and exploitation. And he defended the idea of 'fraternidade' and 'solidariedade' between Brazil and Spanish America based on 'uma homogeneidade de sentimentos'.³⁵ Twenty years later, however, in *O Brasil na América: caracterização da formação brasileira* (1929), mostly written in 1925, he, too, had become disillusioned with Spanish America. 'América Latina' was no more than 'uma designação geográfica' within which there were unbridgeable historical, cultural and political differences between, on the one hand, Brazil and, on the other, 'os chamados latino-americanos', 'os neo-castelhanos', 'os outros neo-ibéricos'. The opening chapter of *O Brasil na América* is entitled significantly 'Portugal heróica', the final chapter 'Diferenças entre os neo-ibéricos'.

The journalist and literary critic José Veríssimo (1857-1916) was a rare example of a Brazilian intellectual who, in for example, *A educação nacional* (Belem, 1890; 2nd ed Rio 1906) and 'A regeneração da América Latina' (*Jornal do Comercio*, 18 December 1900), a review of Rodó's Ariel, later included in *Homens e Coisas Estrangeiras* (Rio de Janeiro, 1902), deplored US economic and political imperialism and US cultural influence in

33 Nabuco to Graça Aranha, 17 December 1905, Nabuco to Rio Branco, 19 December 1905, Nabuco to Barbosa Lima, 7 July 1907, in *Obras Completas de Joaquim Nabuco*, vol. XIV: Cartas a amigos vol. II (São Paulo, 1949), pp. 235, 238, 277.

34 Nabuco had always regarded Chile, in view of its political stability, respect for liberty and rejection of militarism and dictatorship, as an exception among the republics of the 'raça espanhola'. This explains his interest in the presidency of Balmaceda and the Chilean revolution of 1891. See his *Balmaceda* (1895; São Paulo, 1937) and, in particular, the 'Post-scripto: A questão da América Latina'. For a more detailed examination of Nabuco's thinking on Spanish America and the United States, see Leslie Bethell, *Joaquim Nabuco no mundo. Abolicionista, jornalista e diplomata* Rio de Janeiro, Bem-Te-Vi Produções Literárias, 2016, chapter 4. Also Angela Alonso, 'Joaquim Nabuco: Diplomata Americanista', in José Vicente de Sá Pimentel (org.), *Pensamento Diplomático Brasileiro. Formuladores e Agentes da Política Externa (1750-1964)*, 3 vols Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2013, vol. II.

35 See Flora Sussekind, 'Shifting Frontiers - Manuel Bomfim and *A América Latina: An Introduction*', *Journal of Latin American Cultural Studies* 11/1, 2002.

Spanish America (in this he is often compared with Rodó), but also in Brazil. He had a unique awareness and appreciation of Spanish American literature, introducing Brazilian readers to the literature not only of Argentina and Uruguay but also Mexico and Venezuela. He rejected the dominant view in Brazil that Brazilian intellectual life as well as Brazilian literature and culture was superior to that of Spanish America.³⁶ He believed 'Hispanoamericanos também somos nós, pois Portugal é Espanha'. On a visit to the Academia Brasileira de Letras in 1912, the Nicaraguan poet Rubén Darío, who made an earlier visit to Rio de Janeiro for the third Pan-American conference, heard José Veríssimo lament the fact that 'filhos do mesmo continente, quase da mesma terra, oriundos de povos em suma da mesma raça ou pelo menos da mesma formação cultural, com grandes interesses comuns, vivemos nós, latinoamericanos, pouco mais que alheios e indiferentes uns aos outros, e nos ignorando quase por completo'.³⁷ At the same time, Veríssimo was negative in his attitude to the Spanish American republics and showed little sympathy with the idea of 'confraternidade latinoamericana'.

In 1909, Itamaraty (the Brazilian Ministry of Foreign Relations) created and financed for a decade, 1903-13 and 1916-19, a journal *Revista Americana*³⁸ whose aim was to deepen political and cultural interchange between Brazil, Latin America and the United States. It published contributions in Spanish as well as Portuguese, including articles by Spanish Americans critical of Brazilian foreign policy, especially Brazil's close relations with the United States, and pan-Americanism. But the majority of the articles were by Brazilians sympathetic to both. The first article in the first issue of *Revista Americana* was a translation of Nabuco's lecture 'The share of America in civilization' read (he was by this time too ill to deliver it himself) at the University of Wisconsin-Madison in June 1909.

After the First World War there was certainly more interest in Spanish American literature and culture among Brazilian intellectuals and writers and more cultural interchange. Mário de Andrade (1893-1945), for example, maintained a regular correspondence with Jorge Luis Borges in Buenos Aires, in which he confessed, however, that he had a 'horror de essa história de América Latina muito agitado hoje em dia'. Ronald de Carvalho (1893-1935) welcomed José Vasconcelos on his visit to Rio in 1922 and accepted an invitation to

36 See José Veríssimo, *Cultura, literatura e política na América Latina*, a selection of his essays published for the most part in the years immediately before the First World War, edited and with an introduction by João Alexandre Barbosa, São Paulo, 1986. Also Kátia Gerab Baggio, 'José Veríssimo: uma visão brasileira sobre as Américas', *Anais Eletrônicos do III Encontro da ANPHLAC*, São Paulo, 1998.

37 Quoted in Ellison, *Alfonso Reyes e o Brasil*, p.17.

38 See Any Marise Ortega, *A construção de uma ideologia continental no início do século XX: a Revista Americana 1909-19*, unpublished thesis PUC-São Paulo, 2003; Alvaro Fernandez Bravo, 'Utópias americanistas: la posición de la Revista Americana en Brasil (1909-1919)', in Paula Alonso, *Construcciones impresas: panfletos, diários y revistas en la formación de los estados nacionales en América Latina, 1820-1920* (Buenos Aires, 2004); Ricardo Souza de Carvalho, 'La Revista Americana (1909-1919) y el diálogo intelectual en Latinoamérica', *Revista Iberoamericana*, jul.-dec. 2004; Kátia Baggio Gerab, 'La Revista Americana (1909-1919) et les relations entre les Amériques', in Eliana de Freitas and Jean-Yves Mollier (orgs), *L'imprimé dans la construction de la vie politique. Brésil, Europe et Amériques (XVIIIe - XXIe siècle)* Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015.

lecture on Brazilian literature in Mexico the following year. Like many of the modernists of the 1920s, however, Carvalho had a stronger sense of belonging to America as a whole, the Americas, than to América Latina. His most famous poem, *Toda a América* (1924), which the novelist Antônio Olinto called 'poema de um continente', was influenced more by Walt Whitman than any Spanish American poet.³⁹ In the period between the First and Second World Wars, Sílvio Júlio de Albuquerque Lima (1895-1984: *Estudos hispano-americanos*, 1924, *Ideias e combates*, 1927, *Cérebro e coração de Bolívar*, 1931, *Escritores da Colômbia e Venezuela*, 1942, *Escritores antilhanos*, 1944 and many other works) was the only true hispanist in Brazil, dedicated systematically to the promotion of Spanish American literature and culture.⁴⁰

Brazilian intellectuals between the Wars, like Spanish American intellectuals, were interested principally in the formation of their own national identity. The idea of Brazil, the roots of Brazil (indigenous peoples, the Portuguese, Africans), Brazil's racial, social and cultural miscegenation, were the main concerns of, for example, José Francisco de Oliveira Viana in *Evolução do povo brasileiro* (1923) and *Raça e assimilação* (1932); Manuel Bomfim in *O Brasil na história* (1930) and *O Brasil nação: realidade da soberania brasileira* (2 vols, 1931); Gilberto Freyre in *Casa grande e senzala* (1933) and *Sobrados e mucambos* (1936); Sergio Buarque de Holanda in *Raízes do Brasil* (1936); and Caio Prado Jr in *Evolução política do Brasil* (1933) and *Formação do Brasil contemporâneo. Colônia* (1942). The government of Getúlio Vargas (1930-45), especially during the Estado Novo (1937-45) when Gustavo Capanema was Minister of Education and Public Health, with responsibility also for Culture, used the state and intellectuals linked to the state – for example, Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Heitor Villa-Lobos, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa and Oscar Niemeyer - to promote a Brazilian national identity. Spanish America, 'América Latina', was still seen as 'a outra América'.

At the same time, during the Second World War an increasing emphasis was also placed on Brazil's *American* identity ('brasilidade americanista'). From August 1941 (until February 1948), the official newspaper of the Estado Novo, *A Manhã*, 'o veículo de brasilidade', published a Sunday supplement with the title *Pensamento da América*, which promoted an

39 See *Mário de Andrade/Borges: um diálogo dos anos 20*, ed. Emir Rodrigues Monegal (São Paulo, 1975); Raúl Antelo, *Na Ilha de Marapatã (Mário de Andrade lê os hispano-americanos)* (São Paulo, 1986); Patricia Artundo, Mário de Andrade e a Argentina (São Paulo: Edusp, 2004). On Ronaldo de Carvalho, see Kátia Gerab Baggio, 'Ronald de Carvalho e Toda a América: diplomacia, ensaísmo, poesia e impressões de viagem na sociabilidade intelectual entre o Brasil e a Hispano-América', in José Luis Bendicho Beired, Maria Helena Capelato & Maria Ligia Coelho (orgs), *Intercâmbios políticos e mediações culturais nas Américas* Assis, SP, Unesp, 2010.

40 Daniel S. Wogan, *A Literatura Hispano-americana no Brasil: 1877-1944. Bibliografia de crítica, história literária e traduções* Baton Rouge: Louisiana State University, 1948. Introdução pp. 9-10. Years later, Sílvio Júlio wrote: 'I was - if we exclude three or four insignificant predecessors, and one truly respectable one: Oliveira Lima - the pioneer of *bolivarianismo* or *americanismo* in Brazil... I recall well my titanic, indescribable effort between 1912 and 1930 to convince Brazilian intellectuals to, at the least, read...Ariel!...What idiotic smiles, what insolent disinterest I had to endure!'. *José Enrique Rodó e o cinquentenário do seu livro "Ariel" Rio de Janeiro*, 1954. Quoted in Newcomb, *Nossa and Nuestra América*, op. cit., p. 9.

interest in contemporary literary, intellectual and cultural currents in 'todas as Américas', including Spanish America and the United States, in a 'espírito pan-americano'. Cassiano Ricardo, the editor of *A Manhã*, regarded the American continent as consisting of twenty-one 'repúblicas irmãs' (Canada, as always, was excluded). 'Há vinte e uma maneiras de ser americano, e não uma apenas', he insisted. And Brazil and the United States were 'duas âncoras prendendo um só continente'.⁴¹ One of Brazil's leading historians Pedro Calmon, author of *Brasil e América. História de uma política* (1942; 2nd ed., 1944), which celebrated 'união continental' to save humanity and civilization from fascism, was a principal collaborator, along with the US historian William Spence Robertson, in a multi-volume *História de las Américas* (the United States, Spanish America and Brazil) under the general editorship of the Argentine historian Ricardo Levene (14 vols, Buenos Aires, 1940/1942; Portuguese edition, 1945).

VI

When *did* Brazil finally become part of 'América Latina'? Beginning in the 1920s and 1930s, during the Second World War, and especially during the Cold War, when 'América Latina' became 'Latin America', that is to say, when the United States, and by extension Europe and the rest of the world, began to regard Brazil as an integral part of a region called Latin America, when at the same time Spanish American governments and intellectuals began to include Brazil in their concept of 'América Latina' and when even some (few) Brazilians began to identify with Latin America.

As early as the 1890s the term 'Latin America' can be found in official US documents referring to reciprocal trade treaties with the countries south of the Rio Grande, including Brazil. In his instructions to the US delegates to the second Pan-American Conference in Mexico City in 1901, President Roosevelt expressed the desire of the United States to be the friend of 'all the Latin American republics'.⁴² In 1909, President Taft's Secretary of State Philander Knox charged the First Assistant Secretary of State Francis M. Huntington Wilson with the task of enlarging and reorganising the State Department. For the first time regional divisions were created, including a Division of Latin American Affairs, though in practice, it dealt only with Mexico, the Caribbean and Central America; it showed no great interest in South America.⁴³ The expression 'Latin America' was still not,

41 See Ana Luiza Beraba, *América aracnídea. Teias culturais interamericanas* (Rio de Janeiro, 2008), pp. 14, 27. On the 'americanisation' of Brazilian culture during the Second World War, see, Gerson Moura, *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana* (São Paulo, 1984) and Antonio Pedro Tota, *O imperialismo sedutor: A americanização do Brasil na época da Segunda Guerra* (São Paulo, 2000).

42 Quoted in Joseph Smith, *Unequal Giants. Diplomatic Relations between the United States and Brazil, 1889-1930* (Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1991), p. 52.

43 See Francis M. Huntington Wilson, *Memoirs of an ex-diplomat* (Boston, 1945); Walter V. and Marie V. Scholes, *The foreign policy of the Taft administration* (Columbia, MO, 1970), pp. 25-27.

however, widely used before the First World War. The research of João Feres Jr has revealed that neither the Library of Congress nor the New York Public Library has a single book, journal or periodical in English with Latin America in its title published before 1900; only two titles were found in the Library of Congress published between 1900 and 1910, 23 in the decade 1911-20.⁴⁴

In 1916-7, there was an interesting debate among a group of American historians about what name to give the first US academic journal devoted to the history of the countries south of the United States due to be launched in January 1918. After both the initial choice, Ibero-America, and Latin America were found unacceptable, the latter in part because at the time it signified Spanish America only, it was finally decided, by six votes to one, to call the journal the *Hispanic American Historical Review*. Hispania (from the Roman), it was argued, referred to the peninsula, and therefore to Spain and Portugal and by extension to both Spanish America and Brazil.⁴⁵ In the first issue of another journal launched in 1918, *Hispania*, devoted to the language and literature of Spain and Portugal, its editor Aurelio M. Espinosa, a Stanford professor, denounced the use of the term 'Latin America' to refer to the region south of the United States, including Brazil, as 'improper, unjust, unscientific'. The only appropriate names were Spanish America (sic) or Hispanic America.⁴⁶ In 1926, the American Historical Association established the Conference on Hispanic American History (renamed only in 1938 the Conference on Latin American History). In 1939, Lewis Hanke, creator and editor of *The Handbook of Latin American Studies*, an annual annotated bibliography of books and articles on Spanish America and Brazil, first published in 1935, became the head of a new division of the Library of Congress devoted to Portugal, Spain and Latin America which was named the Hispanic Foundation (now Hispanic Division).

The first general history of Latin America, including Brazil, was William Spence Robertson, *The history of the Latin-American nations* (New York, 1922). Robertson was Professor of History at the University of Illinois where he had been teaching the history of Latin America since 1909. In the preface to his *Rise of the Spanish-American republics as told in the lives of their liberators* (New York, 1918), he had written of the origins, as an undergraduate at the University of Wisconsin, of his desire to study 'the history and politics of Hispanic America, the vast region inhabited by the wayward children of Spain and Portugal'. The purpose of his new book, he wrote, was 'to outline the chief events in the

44 See João Feres Jr, *A história do conceito de 'Latin America' nos Estados Unidos* (Bauru, SP, 2004), p. 81 and Appendix 1

45 Feres, *História do conceito de 'Latin America'*, pp. 82-4; Helen Delpar, *Looking South. The evolution of Latin Americanist scholarship in the United States, 1850-1975* (Tuscaloosa, AL, 2008), p.50. The *HAHR* was virtually the only journal to publish articles on 'Hispanic America' before the Second World War. And it was 1940 before the first article with Latin America in the title, 'Some cultural aspects of Latin America' by Herbert Eugene Bolton, author of 'The epic of Greater America', his famous presidential address to the American Historical Association in 1932 calling for the study of the common history of the Americas, and the first issue dedicated to Brazil appeared.

46 Aurelio M. Espinosa, 'The term Latin America', *Hispania* 1 (September 1918), quoted in Delpar, *Looking South*, p. 29.

history of Latin America or, as it is sometimes called, Hispanic America' – the history of all the 'nations which sprang from the colonies of Spain *and Portugal*'. Herman G. James and Percy A. Martin, *The republics of Latin America: their history, governments and economic conditions* (New York, 1923) included a chapter on Brazil. Martin had been Professor of History at Stanford since 1908. He was, like Robertson, one of the co-founders of the *HAHR*, the translator of Oliveira Lima's Stanford lectures, and considered himself something of a 'Brazilianist'. Another early US 'Latinamericanist' whose interests included Brazil was J. Fred Rippy, who edited and wrote the introduction to Manuel Ugarte's *Destiny of a continent* (1925).

It was in the late 1920s, in the aftermath of the disastrous Pan-American Conference in Havana (1928) which highlighted the alarmingly poor state of United States' relations with its neighbours, including now those in South America where US trade and investments had grown considerably since the First World War, that official thinking in Washington and US foreign policy began to focus more seriously on Latin America. And by this was meant all twenty republics south of the Rio Grande, including Brazil, despite warnings from Edwin V. Morgan, the US ambassador in Brazil for more than twenty years (1912-33), that too many in Washington were inclined to group Brazil with the 'South American powers of Spanish origin'. 'This country', he told Secretary of State Kellogg, 'never forgets it is of Portuguese and not Spanish origin', that like the United States it is 'built on non-Spanish foundations' and that it has a special political and economic relationship with the United States different from that of the Spanish American republics.⁴⁷

In the 1930s, with the United States facing an external threat not only to its economic but also to its geo-political interests in Latin America from the emerging fascist powers of Europe (Germany in particular was seen as a threat to Argentina, Chile and, above all, Brazil), the administration of Franklin D. Roosevelt responded with the Good Neighbor policy towards Latin America. As the situation in Europe deteriorated, pan-American or inter-American solidarity, the unity of the Hemisphere, the United States and Latin America standing together in the world-wide struggle of democracy against fascism, became ever more important. From August 1940 and throughout the Second World War, the Office for the Coordination of Commerce and Cultural Relations between the American Republics (renamed in 1941 the Office of the Coordinator of Inter-American Affairs), under the direction of Nelson Rockefeller, formulated and executed a programme aimed at winning the hearts and minds of Latin Americans, through cinema, radio, music - and the printed word. Many more books were now published on Latin America – over 150 in the 1940s, including Hubert Herring, *Good neighbors: Argentina, Brazil, Chile and seventeen other countries* (1941), *Latin America* (1942) by the geographer Preston James, Samuel Flagg Bemis, *The Latin American policy of the United States* (1943), *The Green Continent: a comprehensive view of Latin America by its leading writers*, edited by the Colombian writer German Arciniegas and translated from the Spanish and Portuguese by

⁴⁷ Quoted in Smith, *Unequal giants*, pp. 175-6. 178.

Harriet de Onis et al (1944) and the high school text book by Harriet M. Brown & Helen B. Miller, *Our Latin American neighbors* (New York, 1944). All included Brazil as an integral part of Latin America.⁴⁸ And beginning with Karl Loewenstein's *Brazil under Vargas* (New York, 1942) and culminating with Samuel Putnam's translations of Jorge Amado, Euclides da Cunha and Gilberto Freyre together with his *Marvelous Journey: a survey of four centuries of Brazilian writing* (New York, 1948), many more books were published on Brazil itself, which was finally receiving attention as the most important country, and the most important ally of the United States, in Latin America.

The emergence of the United States as a global power during and after the Second World War led to a demand for more expertise for military and political strategic planning. During the War, a so-called Ethnogeographic Board was created, bringing together specialists from the National Research Council, the American Council of Learned Societies, the Social Science Research Council and the Smithsonian Institution, to provide a structure around which to organise policy and through which to develop education and research.⁴⁹ The Board began by dividing up the world into *continents* – with one important exception: instead of the Western Hemisphere or the Americas or North and South America there was to be the United States and Latin America. When it later moved to dividing the world into *regions* with a degree of geographic, geopolitical and cultural homogeneity, Latin America presented itself as one of the most cohesive of regions in terms of religion, language and culture, history, and economic, social and political structures. The differences between Spanish America and Brazil in all these respects (except to some extent religion) and the huge disparities in size and population between Brazil and all the other countries in the region (except perhaps Mexico) were simply ignored.⁵⁰

In the immediate post-war period and the early years of the Cold War, the official US view that the twenty republics south of the Rio Grande, including Brazil, constituted

48 The French also discovered, or in their case re-discovered, 'l'Amérique Latine', but it now included Brazil: for example, André Siegfried, *Amérique Latine* (1934) and Victor Tapié, *Histoire de Amérique Latine au XIXe siècle* (1945), although in a famous article 'Ya-t-il une Amérique Latine?', *Annales ESC*, 4, 1948, Fernand Braudel insisted that there were many and various 'l'Amériques Latines'. The English generally preferred the expression 'South America' to 'Latin America' – even when including Mexico and Central America. See, for example, Lord Bryce, *South America: Observations and impressions* (New York, 1912) and the *South American Handbook*, published annually since 1924.

49 See Wendell Clark Bennett, *The Ethnogeographic Board* (Washington, DC, 1947); Martin W. Lewis and Karen E. Wigen, *The myth of continents. A critique of metageography* (Berkeley & Los Angeles, 1997), p. 163.

50 Also influential in US geo-strategic thinking at this time were two books by Nicholas J. Spykman: *America's strategy in world politics* (1942) and *The geography of peace* (1944). Spykman emphasised the differences between Anglo-Saxon America and Latin America (which included Brazil): 'the lands below the Rio Grande represent a different world, the world of Latin America. It is perhaps unfortunate that the English and Latin speaking (sic) parts of the continent should both be called America, thereby unconsciously evoking an expectation of similarity which does not exist'. Spykman, *America's strategy*, p. 46. The influence of Isaiah Bowman, Director of the American Geographical Society (1915-1935) and 'territorial adviser' to President Wilson at the Paris Peace Conference and to President Roosevelt during the Second World War, deserves attention. See Neil Smith, *America's empire: Roosevelt's geographer and the prelude to globalisation* (Berkeley CA, 2003).

'Latin America' influenced other governments, multilateral institutions (the United Nations Economic Commission for Latin America, ECLA/CEPAL, established in 1948 was the first international organisation responsible for 'Latin America'), NGOs, foundations, learned societies and, not least, universities in both the United States and Europe, where 'Latin American Studies' experienced a rapid growth, which further accelerated after the Cuban Revolution. ⁵¹And Latin America as a whole (now including Brazil) was not only seen as *different* from the United States but also a problem area, part of what was now called the 'Third World' – economically, socially and culturally backward, politically violent and unstable. In his theory of the 'clash of civilizations', Samuel P. Huntington was to argue that Latin America (with Brazil its 'leading state') was a 'separate civilization', with a 'distinct identity which differentiates it from the West'.⁵²

For the US government, Latin America in the immediate aftermath of the Second World War was important for both economic (trade and investment) and geopolitical (security) reasons and not least because it initially represented the biggest single voting bloc in the UN Assembly. But, with the onset of the Cold War, hemispheric concerns increasingly gave way to global concerns. Europe, the Middle East and Asia became more important than Latin America, the one region of the world in which the USSR did not apparently pose a significant challenge to US hegemony. The United States could afford to neglect Latin America. The OCIAA was closed in May 1946. And there was to be no economic development aid, no Marshall Plan, for Latin America, 'There has been a Marshall Plan for the Western Hemisphere for a century and a half', Truman declared at a press conference in Washington in August 1947. 'It is known as the Monroe Doctrine.'⁵³ As early as 1949, Adolf Berle, who had served as Assistant Secretary of State for Latin America in the Roosevelt administration and ambassador to Brazil in 1945-6, complained about the 'sheer neglect and ignorance' of the region he found in Washington. 'We have simply forgotten about Latin America'.⁵⁴ The Cuban Revolution led directly to President Kennedy's proposal in 1961 for an Alliance for Progress to advance Latin America's economic and social development. However, once the Cuban missile crisis had been peacefully resolved and the immediate external threat to its interests removed, the United States was able, relatively speaking, to neglect Latin America once again, though it remained ready to intervene, directly or indirectly, to deal with any internal threat and to save Latin America from 'communism', as it claimed to do, for example, in Brazil in 1964, Chile in 1973 and Central America in the 1980s.

51 'Latin American Studies', especially in US universities, were, however, overwhelmingly studies of Spanish America, especially Mexico and Central America. Brazilian studies were usually to be found, in the words of Walnice Galvão, 'atrás de uma pequena porta no fim do corredor'. Most 'Latinamericanists' did not speak or read Portuguese, knew little of Brazilian history and culture, and indeed rarely, if ever, visited Brazil.

52 Samuel P. Huntington, *The clash of civilizations and the remaking of world order* (New York, 1996), pp. 45, 46, 87.

53 Quoted in Leslie Bethell and Ian Roxborough (eds), *Latin America between the Second World War and the Cold War, 1944-1948* (Cambridge, 1992), p. 22, note 15.

54 Quoted in Jordan A. Schwartz, *Liberal: Adolf A. Berle and the vision of an American era* (New York, 1987), pp. 312.

In view of the special relationship, if not unwritten alliance, Brazil had enjoyed with the United States since the beginning of the century and the support it had given during the Second World War, Brazil was disappointed to be treated by the United States after the War as simply one of twenty, albeit the biggest and perhaps the most important, Latin American republics. Brazil was afforded no special role in the post-war global order (in particular, no permanent seat on the UN Security Council) and received no special economic development assistance.⁵⁵ Although in the last analysis Brazil was always on the side of the United States and the 'West' in the Cold War, a more independent foreign policy emerged, first under President Vargas, who in 1951 rejected a US request to send Brazilian troops to Korea at the head of an inter-American force.⁵⁶ Under Presidents Quadros and Goulart (1961-4), Brazil's *política externa independente* included the restoration of relations with the USSR (broken in 1947) and closer relations with China and the rest of the underdeveloped, 'Third World', including the countries of Africa and Asia in their struggles against colonialism and revolutionary Cuba (though not, significantly, with the other Spanish American countries).⁵⁷

During the 21-year military dictatorship that followed the US-supported military coup of 1964, while the United States regarded Brazil as a 'key country' in world affairs and its preferred partner in the Latin American region, Brazil, especially during the Médici and Geisel administrations (1969-79), was frequently in a state of low-level conflict with the United States, over trade and nuclear power, for example, and although it never joined the Non-Aligned Movement (it had observer status only), pursued independent 'Third World' policies often at odds with US interests and policies in, for example, the Middle East and Southern Africa.⁵⁸ As one US Treasury official crudely put it in 1970, Brazil under the military was anxious 'to get out of the banana republic category and play in the big league'.⁵⁹ In Latin America, however, where it was clearly now the dominant country – between 1940 and 1980 its population had grown from 40 million to 170 million, its economy at an average rate of seven per cent per annum, one of the fastest rates of economic growth in the world – Brazil had neither the will nor the resources to play a leadership role, and certainly not the role of regional 'sheriff'

55 See Stanley E. Hilton, 'The United States, Brazil, and the Cold War, 1945-1960: end of the special relationship', *Journal of American History* 68/3, 1981.

56 See Vagner Camilo Alves, *Da Itália à Coréia. Decisões sobre ir ou não à guerra* (Belo Horizonte and Rio de Janeiro, 2007). It was in 1951 at a meeting of American Foreign Ministers in Washington to discuss the Korean War that the Brazilian *chanceler* spoke, apparently for the first time, 'em nome de países latinoamericanos'. Itamaraty, *Relatório*, 1951, quoted in Luís Cláudio Villafañe G. Santos, 'A América do Sul no discurso diplomático brasileiro', *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 48, no. 2 (2005) p. 196.

57 Francisco Clementino de San Tiago Dantas, *Política externa independente* (Rio de Janeiro, 1962) is a contemporary account by a key player. Also see Paulo Gilberto Fagundes Vizontini, *Relações exteriores do Brasil (1945-1964). O nacionalismo e a política externa independente* (Petrópolis, 2004).

58 See Matias Spektor, *Kissinger e o Brasil* (Rio de Janeiro, 2009).

59 Quoted in Carlos Fico, *O grande irmão da Operação Brother Sam aos anos de chumbo. O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira* (Rio de Janeiro, 2008), p. 271, note 77.

the US State Department sometimes envisaged.⁶⁰

Brazil did join the Latin American Free Trade Area (ALALC) in 1960 and the Association for Latin American Integration (ALADI) in 1980. And relations with its closest neighbour and arch-rival, Argentina, which had reached an historic low in the 1970s over incipient nuclear arms programmes and the Itaipú dam on the river Paraná, improved dramatically after democratisation in both countries in the mid-1980s. This rapprochement eventually led to the Treaty of Asunción (1991) and the creation of the Mercosur trade bloc consisting of Brazil, Argentina, Uruguay and Paraguay (to which Chile and Bolivia later associated themselves). It is fanciful, however, to talk of a *latinoamericanização* of Brazilian foreign policy in these years. More than forty years after the end of the Second World War, during which Brazil had been regarded and treated by the United States and the rest of the world as part of Latin America, during which Brazil's economic and political development had in many ways followed a similar path to that of at least the major Spanish American republics, and during which the beginning of Brazil's *Marcha para Oeste* had brought it in closer contact with many of its neighbours, Brazil could still not be said to have a deep engagement with the rest of the region.

VII

In the years after the Second World War, there was much greater interchange between Spanish American and Brazilian intellectuals, writers, artists, critics and academics. Those Spanish Americans who thought in terms of Latin America were more prepared to take note of Brazilian ideas, literature and culture in their own work, but for the most part marginally and without great conviction or enthusiasm. No Spanish American intellectual wrote more about Latin America than Leopoldo Zea (Mexico, 1912 – 2004). Brazil, however, could hardly be said to be treated adequately in any of his books.⁶¹ Notable exceptions were Arturo Torres-Rioseco (Chile, 1897-1971), Emir Rodríguez Monegal (Uruguay, 1921-85), who edited the two-volume *Borzoï Anthology of Latin American literature* (New York, 1977) in which Brazil was well represented, Ángel Rama (Uruguay, 1926-83)

60 'The military dictatorship', former President Fernando Henrique Cardoso has written, '...spent far more energy on its relations with countries in Africa and the Middle East than it did on relations with its neighbors. This was due to a rather bizarre formulation of Third World power politics'. Fernando Henrique Cardoso, *The accidental president of Brazil: a memoir* (New York, 2006), p. 220.

61 Leopoldo Zea's works include *The Latin American mind* (1963), *El pensamiento latinoamericano* (1963, 1976), *América Latina y el mundo* (Eng. trans. *Latin America in the world*, 1969), *Latinoamérica, Tercer Mundo* (1977), *Latinoamérica en la encrucijada de la historia* (1981), *América Latina en sus ideas* (1986), *Filosofía latinoamericana* (1987) and *Descubrimiento e identidad latinoamericana* (1990). In the three-volume *Fuentes de la cultura latinoamericana* (Mexico, 1993) edited by Zea, only three of more than 100 texts were by Brazilians: Darcy Ribeiro, described as a 'brasileño latinoamericano' ('La cultura latinoamericana'), João Cruz Costa ('El pensamiento brasileño') and Gilberto Freyre ('Raíces europeas de la historia brasileña'). But see Luciano dos Santos, 'O Brasil como parte da América Latina: o projeto identitário-integracionista de Leopoldo Zea', *Temporalidades - Revista de História* (UFMG), 4/2 ag-dez 2012.

and Eduardo Galeano (Uruguay, 1940-2015), author of the best-selling *Las venas abiertas de América Latina* (1971).⁶² It is not insignificant that many of those who gave most attention to Brazil taught in Departments of Spanish and Portuguese Studies at leading universities in the United States - Torres-Rioseco, for example, for over forty years at the University of California, Berkeley, Rodríguez Monegal for over fifteen years at Yale - and/or belonged to the smaller countries of Latin America (mainly Uruguay).

In Brazil, there were also artists, writers and critics who gave much greater attention to Spanish American culture and ideas than hitherto. One of Brazil's greatest poets Manuel Bandeira, for example, published *Literatura hispano-americana* in 1949. And in the period from the 1960s to the 1980s several leading Brazilian intellectuals, mostly on the Left, even began to self-identify with 'Latin America'. This was not merely a question of ideological affinity and solidarity with their colleagues in Spanish America during the Cold War. It was often directly a consequence of years spent in exile in Uruguay (until the coup also in June 1973), Chile (until the coup there in September 1973), Mexico and Venezuela, as well as in various European countries and the United States, during the Brazilian military dictatorship.⁶³ Fernando Henrique Cardoso wrote (with the Chilean Enzo Faletto) the hugely influential *Dependency and Development in Latin America*, first published in Spanish in 1969. Celso Furtado (1920-2004), who had been trained and influenced by the Argentine economist Prebisch at ECLA/CEPAL in Santiago and had therefore already been to some extent 'Latinamericanised', wrote *Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina* (1966) and *Formação econômica da América Latina* (1969). Ruy Mauro Marini (1932-97) and Theotonio dos Santos (1936-), who were greatly influenced by the German-born 'Latinamericanist' André Gunder Frank, author of *Capitalism and Underdevelopment in Latin America* (1967), wrote numerous books and articles on the theory of dependency as it related to Latin America. The anthropologist Darcy Ribeiro (1922-97) wrote *As Américas e a civilização: processo de formação e causa do desenvolvimento cultural desigual dos povos americanos* (1970), *O dilema da América Latina – estruturas de poder e forças insurgentes* (1978) and, after his return from exile, an essay entitled 'América Latina: pátria grande' (1986). A more surprising example of a Brazilian intellectual identifying with Latin America is Gilberto Freyre, who was perhaps Brazil's most internationally recognized intellectual at the time and who was well-known for his previous writings on Luso-Brazilian exceptionalism. In an essay 'Americanidade e latinidade da América Latina' published in 1963, Freyre declared: 'O brasileiro é uma gente hispânica, sua cultura é hispânica – no sentido ibérica..... O Brasil é duplamente hispânica (Portugal e a Espanha)'. For him the Latin American countries were all 'países

62 On Rama and Rodríguez Monegal, see Pablo Rocca, *Angel Rama, Emir Rodríguez Monegal y el Brasil. Dos caras de un proyecto latino-americano* (Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 2006).

63 'It was...in Santiago [immediately after the 1964 *golpe*]', Fernando Henrique Cardoso has written, 'that I awakened to the concept of "Latin America". It seems quite intuitive now, but the concept of the region as a political and cultural bloc was still not popular back then. We just didn't believe that Brazil, with its Portuguese heritage and continental size, had much in common with Peru, Venezuela or Mexico.' Cardoso, *The accidental president*, p. 88.

americano-tropicais'. There existed 'uma unidade pan-hispânica... uma cultura transnacionalmente panhispânica a que o Brasil pertence.'⁶⁴

The majority of Brazilian intellectuals, however, it is probably fair to say, like most Brazilians, continued to think of 'Latin America' as signifying Spanish America, of Brazil as not part of 'Latin America' and of themselves as not essentially 'Latin American'.⁶⁵

VIII

There is one final twist to this story of Brazil's relationship with 'América Latina'/ 'Latin America'.

As a result of the end of the Cold War, the profound changes in world politics that followed, the intensification of the process of globalisation and, not least, fundamental political and economic change in Brazil itself, Brazil's presence and influence in the world has grown significantly, especially under the presidencies of Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) and Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Brazil has played an increasingly important role in North-South and South-South relations and has been a key player in discussions on a whole range of global issues, including trade, reform of multilateral institutions and climate change. Brazil is considered internationally, along with China and India, as one of the 'emerging global powers' in the first half of the 21st century.

At the same time, there has been a major development in Brazil's relations with the other states in its region. Brazil has continued to support the work of the Organization of American States, founded in 1948 at the ninth Pan-American Conference in Bogotá, and its presidents have attended all seven Summits of the Americas held since December 1994, while resisting the US agenda for the economic integration of the Western Hemisphere. Brazil has attended the annual meetings of the Rio Group of Latin American and Caribbean states, founded in 1986, and is now giving its support to the Community of Latin American and Caribbean States (CELAC), founded in 2010. But Brazil has also, for the first time in its history, actively pursued a policy of engagement, both economic and political, with its immediate neighbours in *South America*. This was a conscious decision deliberately taken in 1992-3, reinforced by the fact that in 1994 Mexico joined the United States and Canada in 'North America'. President Cardoso hosted the first summit

64 'Americanidade e latinidade da América Latina: crescente interpenetração e decrescente segregação' [Diogene #43 June - September 1963; republished in *Estudos Universitários*, Universidade Federal de Pernambuco, 6/1 January-March 1966 under the title 'Americanidade, latinidade e tropicalidade'], in *Americanidade e Latinidade da América Latina e outros textos afins* ed. Edson Nery da Fonseca (Sao Paulo, 2003). See also Gilberto Freyre, *O brasileiro entre os outros hispanos: afinidades, contrastes e possíveis futuros nas suas inter-relações* (Rio de Janeiro, 1975).

65 The increasing number of Brazilians living in the United States did not, and apparently still do not, think of themselves as 'Latinos', though more research could usefully be done on this topic.

of South American presidents in Brasília in 2000. At the third summit held in Cusco in December 2004, during the Lula administration, a South American Community of Nations was formed. It consisted of twelve nations, including Guyana and Suriname. At the summit held in Brasilia in May 2008, the Community became a Union of South American Nations (UNASUR). Improved relations with its South American neighbours and, indeed, the economic and political integration of South America, was the principal focus of Brazilian foreign policy under President Lula. And, also for the first time, and with a good deal of hesitancy, uncertainty and ambivalence, Brazil has begun to think of itself as a regional power – not only in its long term economic and strategic interests but because, it is argued in Itamaraty, regional power is a necessary condition for global power. The region, however, is South America, not Latin America.⁶⁶

66 *A agenda internacional do Brasil. A política externa brasileira de FHC a Lula* (Rio de Janeiro, 2009), the most comprehensive survey ever undertaken of opinion within the Brazilian 'foreign policy community' (diplomats, senators and deputies, business leaders, academics, researchers, journalists, leaders of NGOs, etc), commissioned by the Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) in Rio de Janeiro, conducted by Amaury de Souza and based on almost 100 in-depth interviews and 250 questionnaires carried out in 2001 and 2008, begins with the words: 'In the last 20 years Brazil has expanded significantly its presence in the world and in South America.' The rest of the book has much of interest to say about Brazil's agenda in South America in the first decade of the 21st century, about which, interestingly, opinion had become even more sharply divided in 2008 than it was in 2001. But the book has nothing at all to say about 'América Latina' which does not even merit an entry in the index. On Brazil and South America, see Luís Cláudio Villafañe G. Santos, *A América do Sul no Discurso Diplomático Brasileiro Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão*, 2014.



Independente, apartidário e multidisciplinar, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) é uma instituição sem fins lucrativos, que atua para influenciar positivamente a construção da agenda internacional do país.

Fundado há quase 20 anos por um grupo de empresários, diplomatas e acadêmicos, o CEBRI tem ampla capacidade de articulação, engajando em seu plano de trabalho os setores público e privado, a academia e a sociedade civil. Além disso, conta com um Conselho Curador atuante e formado por figuras proeminentes e com uma rede de mantenedores, constituída por instituições de múltiplos segmentos.

Presidente

José Pio Borges

Presidente de Honra

Fernando Henrique Cardoso

Vice-Presidentes

José Luiz Alquéres

Luiz Felipe de Seixas Corrêa

Tomas Zinner

Vice-Presidentes Eméritos

Daniel Klabin

José Botafogo Gonçalves

Luiz Augusto de Castro Neves

Rafael Benke

Conselheiros Eméritos

Celso Lafer

Marcos Azambuja

Pedro Malan

Roberto Teixeira da Costa

Rubens Ricupero

Diretora Executiva

Julia Dias Leite

Conselho Curador

Aldo Rebelo

Anna Jaguaribe

Armando Mariante

Arminio Fraga

Carlos Mariani Bittencourt

Cláudio Frischtak

Denise Gregory

Gelson Fonseca Jr.

Henrique Rzezinski

Joaquim Falcão

Jorge Marques de Toledo Camargo

José Alfredo Graça Lima

Luiz Fernando Furlan

Luiz Ildefonso Simões Lopes

Marcelo de Paiva Abreu

Maria do Carmo (Kati) Nabuco de Almeida Braga

Maria Regina Soares de Lima

Renato Galvão Flôres Jr.

Roberto Abdenur

Roberto Giannetti da Fonseca

Ronaldo Sardenberg

Ronaldo Veirano

Sérgio Quintella

Sérgio Amaral

Vitor Hallack

Winston Fritsch

MANTENEDORES

Em outubro de 2017

Instituições

ABIQUIM
ACCIONA
Aeróleo Táxi Aéreo
ALCOA
Araguaia
Banco BBM
BNDES
Brookfield Brasil
Camargo Corrêa
Captalys Investimentos
Castello, Misorelli Assuntos Corporativos
Chediak Advogados
Colégio Bandeirantes
Companhia Siderúrgica do Pecém
Consulado Geral da Irlanda em São Paulo
Consulado Geral do Canadá no Rio de Janeiro
Consulado Geral do México no Rio de Janeiro
Dannemann, Siemsen, Bigler & Ipanema Moreira
Demarest Advogados
EDP
Eletrobras
Embraer
ENEVA
ExxonMobil
Furnas
GE
George Washington University
Grupo Lorentzen
Icatu Seguros
Itaú
Klabin
Licks Attorneys
McLarty Associates
Musica Brasilis
Odebrecht
Oktri Empreendimentos
Pinheiro Neto Advogados
Queiroz Galvão
Sanofi
Souza Cruz
Steptoe & Johnson LLP
Vale
Veirano Advogados
Vinci Partners

Sócios individuais

Adriano Abdo
Aleksander Medvedovsky
Álvaro Otero
Arminio Fraga
Carlos Eduardo Ernanny de Mello e Silva
Carlos Leoni de Siqueira
Carlos Mariani Bittencourt
Celso Lafer
Christian Lohbauer
Christiane Aché
Claudine Bichara de Oliveira
Daniel Klabin
Décio Oddone
Eduardo Marinho Christoph
Eduardo Prisco Ramos
Fernando Travassos
Fernão Bracher
Frederico Axel Lundgren
Henrique Rzezinski
Jaques Scvirer
João Felipe Figueira de Mello
José Francisco Gouvêa Vieira
Larissa Wachholz
Luiz Fernando Bodstein
Manuel Thedim
Marcelo Weyland Barbosa Vieira
Marcio João de Andrade Fortes
Marco Antonio Ribeiro Tura
Maria Pia Müssnich
Mauro Ribeiro Viegas Neto
Paulo Ferracioli
Pedro Brêtas
Ricardo Levisky
Roberto Abdenur
Roberto Prisco Paraiso Ramos
Roberto Teixeira da Costa
Stelio Amarante
Tomas Zinner
Vitor Hallack
Winston Fritsch

OUTRAS PUBLICAÇÕES

CEBRI *BREAKING NEWS*

Os artigos da série CEBRI *Breaking News* oferecem a síntese de importantes debates sobre temas atuais da agenda global promovidos pelo CEBRI. Os encontros contam com a participação de uma ampla rede, que inclui membros da governança da instituição – empresários, diplomatas e acadêmicos – e especialistas e autoridades das mais diversas áreas, contribuindo para a disseminação de conteúdo de qualidade sobre as relações internacionais no Brasil.



Breaking News #1



Breaking News #2



Breaking News #3



Breaking News #4



Breaking News #5



Breaking News #6



Breaking News #7



Breaking News #8

CEBRI REPORT

PAPERS



Report #1



América do Sul



Ásia

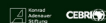


Comércio Internacional

LIVRO



10 Desafios da Política Externa Brasileira



Dez Desafios da Política Externa Brasileira. Parceria: Konrad Adenauer Stiftung (KAS)



CENTRO BRASILEIRO DE
RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Desde 1998, o *think tank* de referência em relações internacionais no Brasil. Eleito em 2017 o quarto melhor da América do Sul e Central pelo índice global do Think Tanks and Civil Societies Program da Universidade de Pensilvânia.

ONDE ESTAMOS:

Rua Marquês de São Vicente, 336
Gávea, Rio de Janeiro - RJ - Brazil
22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400

cebri@cebri.org.br



www.cebri.org